



Anais da Assembléia

Nº 57

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o n.º 108/79, do Senhor Governador do Estado, no qual acusa o recebimento do ofício n.º 1949/79, agradecendo as honrosas manifestações desta augusta Casa, expressas no mencionado expediente. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao Instituto Geográfico de Estudos, Pesquisas e Planejamentos, pela promoção da II Semana do Geógrafo a encerrar-se hoje, o dia dedicado ao referido profissional.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Dr. Caleb Martins Vieira, Presidente da entidade mencionada.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao Vereador João Batista Alberto Gnoato pela sua empolgante luta em defesa de nossa ecologia.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Muito antes do lançamento de campanhas que visam a preservação da natureza, o Vereador João Batista Gnoato já se preocupava com o problema. Um verdadeiro estudioso e defensor do assunto que hoje preocupa o mundo inteiro. Quando de sua gestão como presidente da Câmara Municipal de Curitiba criou, através de alteração no Regimento da Casa, a Comissão de Ecologia. Lançou o livro intitulado "Ecologia e Municipalismo", aonde em 83 páginas defende a preservação da natureza. Atualmente escreve para o jornal "Gazeta do Povo" a coluna "Preserve o que é de todos". São pessoas do gabarito de um João Batista Gnoato, João José Bigarella, Iris Bigarella, Gert Hatschbach e outros defensores do problema, que despertam o mundo para a grave situação, merecendo todo nosso carinho e respeito.

Uma vez aprovado o presente requerimento, solicito que seja enviado ofício à Câmara Municipal de Curitiba, comunicando o fato e sugerindo a entrega do "PINHÃO DE PRATA" ao ilustre Vereador do Palácio Rio Branco, em 14 de setembro de 1978, muitas personalidades receberam o "Pinhão de Prata", estando entre os homenageados, vinte (20) dos Srs. Vereadores, faltando apenas um deles (justamente o Vereador Gnoato), que na época desempenhava as funções de Presidente da Câmara Municipal, quando achou por bem não incluir seu nome, pois não poderia homenagear a si próprio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, com respaldo no Regimento Interno e com apoio do Plenário, REQUEREM, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de regozijo pela elevação ao Episcopado do Padre Ladislau Biernaski.

O novo Bispo Auxiliar de Curitiba, Dom Ladislau é natural de Almirante Tamandaré, filho de agricultores, é sacerdote da Congregação da Missão. Realizou os seus estudos em Curitiba, onde concluiu os estudos humanísticos, filosóficos e teológicos. Posteriormente fez o doutorado no Instituto Católico de Paris.

Exerceu os cargos de Diretor do Seminário, Superior da Casa Central, Provincial da Província Sul da Congregação da Missão e dirigiu a Conferência dos Religiosos do Brasil, regional Sul.

O novo Bispo, designado pela Sua Santidade o Papa João Paulo II, foi sagrado Bispo na Basílica de São Pedro em Roma, no próximo dia 27 de maio.

Esta Casa ao consignar este voto de regozijo, presta uma homenagem a um sacerdote que já fez muito pela juventude e pela preservação dos valores cristãos, dentro do espírito do Concílio Vaticano II.

Outrossim, requerem, que da deliberação desta Casa, seja dado ciência à Congregação da Missão, Av. Jayme Reis, 561, nesta Capital, ao Senhor Arcebispo Metropolitano, Dom Pedro Fedalto e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ
ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de solidariedade ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, pelo firme propósito de defender melhores condições de trabalho e elevação de níveis salariais.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Como Parlamentar e sobretudo como jornalista profissional (sócio n.º 450, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e Registro Profissional n.º 282 na Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais) cumpro neste instante o dever de pedir aos membros deste Poder Legislativo o seu apoio ao movimento dos trabalhadores jornalistas de São Paulo. Este movimento é fruto de uma longa luta que os bravos jornalistas vem mantendo contra a opressão, em seus locais de trabalho e em seu sindicato. Luta contra a Censura e o direito da livre informação. A identificação do Parlamento com a imprensa é uma realidade, na busca da realização do bem comum, pois tem sido ela a grande porta-voz dos parlamentares e dos reclamos populares.

Todos os movimentos reivindicatórios dos diversos setores da sociedade contaram sempre com a cobertura, muito ampla, dos veículos de comunicação, que nunca se omitiram na defesa das liberdades democráticas. Comentários, reportagens e editoriais abordaram o problema social vivido pelos trabalhadores brasileiros. Os jornalistas sempre estiveram presentes, escrevendo sobre todos esses problemas, até que chegou o momento de apresentarem os seus próprios problemas, as suas próprias reivindicações, pedindo um aumento salarial de 25% firmando posteriormente uma posição de 15% de aumento e 8% de antecipação salarial. Trata-se de uma luta justa, pois os profissionais da imprensa lutam diariamente contra a censura do governo ou de empresa, redução das oportunidades, pequeno limite de vida em razão da tensão em que vivem permanentemente e na maioria dos casos, salários aviltados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, considerando o elevado significado da consagração da Medalha do Mérito Industrial, conferida anualmente por ocasião das comemorações da "A Semana da Indústria" a três industriais que hajam se destacado por seus relevantes serviços à comunidade e, o reconhecimento "post-mortem" a uma personalidade ilustre dessa marcante atividade, vem solicitar, seja conferida manifestação de regozijo à Federação das Indústrias do Estado do Paraná, aos industriais Antônio Pizzatto, Anacleto Busato, à Sra. Esther Essenfelder Cunha Mello e aos familiares do Senhor Gottlieb Müller, pelo muito que realizaram em prol dos nossos coestaduanos.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

Apoio: JOÃO MANSUR e FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

Anualmente a Federação das Indústrias do Paraná, entidade maior dos industriais paranaenses, como faz tradicionalmente, confere a medalha do mérito industrial a três industriais que hajam se destacado por seus relevantes serviços em prol da indústria deste Estado, ao tempo em que, confere igualmente, o título de Benemérito "post-mortem", a uma personalidade marcante deste setor.

Este ano, a entidade agraciou os empresários Dorcel Antônio Pizzatto, Anacleto Busato, Esther Essenfelder Cunha Mello e, em memória, a Gottlieb Müller.

Indubitavelmente a escolha foi das mais felizes, se levarmos em linha de conta a expressiva participação dos homenageados em favor não só do desenvolvimento do setor industrial,

mas, sobretudo, pelo muito que proporcionaram ao Estado do Paraná.

Dorcel Antônio Pizzatto, destacou-se, sobremaneira, pelo seu espírito associativo, sempre procurando fortalecer o espírito da entidade, combatendo o bom combate nas horas mais cruciais que passou a coletividade madeireira.

Exerceu mandatos de Diretor do Sindicato dos Madeiros de Curitiba, sempre sobressaindo-se pelo seu espírito empreendedor, constituindo-se, num dos principais responsáveis para a construção da atual sede e colaborando de maneira ímpar, nos estudos dos misteres da indústria madeireira.

Ecologista nato, intransigente na preservação das matas, orientando e supervisionando a conservação permanente em que a sua empresa, a N. PIZZATTO LTDA., se destacou como das pioneiras, reservando, espontaneamente, vinte por cento das áreas de sua propriedade ao conservacionismo, inscrevendo-se entre os primeiros, como intímido defensor das nossas florestas.

Anacleto Busato, legenda entre os empresários paranaenses, cuja capacidade administrativa, pulso firme e largo des-cortínio é reconhecido por todos, semeou benefícios e idéias progressistas em favor do desenvolvimento e do bem-estar da comunidade.

O industrial Anacleto Busato sempre distinguiu-se nas atividades e cargos que exerceu, tornando-se uma legenda e, presentemente, é o Superintendente da Brashollanda, cujo renome vai além fronteiras paranaenses.

Esther da Cunha Mello. Sua fibra e sua marcante personalidade é por todos realçada. Afirmção da mulher paranaense, em cujo ser convivem harmoniosamente a empresária de fibra aliada às virtudes maiores de esposa e mãe dedicada. Sob o seu comando encontra-se os destinos da Indústria de Pianos Essenfelder, de tantas e gloriosas tradições.

Constituiu-se na viga mestra onde se alicerçou e se elevou aquela conceituada empresa.

Seu "curriculum-vitae" traduz os seus merecimentos, consubstanciados em homenagens de diversas entidades, comendas, láureas e atividades sociais, embasadas em sólida cultura, elevando muito alto o nome da mulher paranaense.

Gottlieb Müller. Nos idos de 1878 instalou uma modesta oficina mecânica que viria a se transformar num gigantesco complexo industrial. Precursor da indústria metalúrgica paranaense.

Provavelmente esse homem de elástica fibra não previsse exatamente o notável desenvolvimento que se verificaria na sua outrora modesta oficina mecânica e ferraria, a ponto de se tornar uma das mais importantes à economia do nosso Estado.

Pioneiro em nossa cidade, se transformou num gigantesco complexo industrial. Certa vez ao ser indagado como havia começado tão gigantesco empreendimento, respondeu, simplesmente: "Com uma bigorna e um fole nas mãos".

Na verdade, Müller começou com muito mais do que isto: com uma grande disposição de enfrentar o futuro. Com idealismo, com cultura e conhecimento do ofício adquirido em sua terra, a Suíça e, com uma verdadeira vocação pioneira. A empresa que fundou, a Müller Irmãos Ltda., é uma das maiores indústrias metalúrgicas do Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades legais, REQUER, seja enviado expediente ao Ex.º Sr. Governador do Estado, bem como ao Ex.º Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a ampliação e o asfaltamento do aeroporto do Município de Toledo.

Requer, outrossim, seja enviada correspondência, comunicando teor do presente, ao Ex.º Sr. Prefeito Municipal e ao Ex.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

1 — Toledo representa grande parcela da produção agrícola brasileira, sendo o maior produtor de trigo do País, bem como é um dos maiores produtores de soja. É sede do maior frigorífico de suínos da América do Sul e, em fase de implantação, um dos maiores frigoríficos de aves do País.

2 — Distante 600 quilômetros da Capital do Estado, Toledo é servida exclusivamente por rodovias, possuindo uma aeroporto para atendimento, somente, de pequenas aeronaves.

3 — Na XXVIII Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, realizada nos dias 27, 28 e 29 de abril em Toledo, foi aprovada proposta, neste sentido, na Associação Comercial e Industrial de Toledo.

4 — Urge, portanto, o asfaltamento, precedido de ampliação, do aeroporto do Município de Toledo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições e após atendidas as formalidades regimentais, REQUER o envio de voto de solidariedade e apoio à recém-criada COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MANDIOCA DO OESTE DO PARANÁ - COPROMA, sediada em Terra Roxa, do Oeste, neste Estado, que tem como objetivo primordial o desenvolvimento da cultura especificada, bem como os subprodutos da mandioca, numa medida que terá resultados sociais e econômicos expressivos, se tal cooperativa não se desviar das premissas doutrinárias e filosóficas que implicam o verdadeiro sistema cooperativo.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

a — A Cooperativa dos Produtos de Mandioca do Oeste do Paraná - COPROMA, com sede em Terra Roxa do Oeste, objetivando atender toda a região do extremo-oeste paranaense, tem alto significado, pois buscará a produção de cultura atualmente sem incentivo e em completo abandono, com finalidade industrial;

b — Acresce-se, ainda, que o funcionamento de tal cooperativa poderá promover a quebra da monocultura na região, tão prejudicial às comunidades oestinas, às economias individuais e a própria economia do Paraná;

c — A COPROMA, caso permaneça dentro dos ditames doutrinários e filosóficos do verdadeiro cooperativismo, muito terá a oferecer ao Estado e ao país, pois, ao que tudo indica, estará voltada efetivamente ao aspecto social do homem do campo, buscando sua fixação no meio rural, por meio da sua realização humana e econômica. E assim acreditamos pretender a COPROMA, é porque há uma definição na atuação que entendemos de relevante importância: serão admitidos como associados quem possuir no máximo 12 alqueires de terra. Evidentemente, isso representa elevada valorização ao pequeno produtor rural, o mais desamparado pela política agrícola existente ao longo dos anos em nosso país;

d — Assim sendo, externamos nosso apoio e efetiva solidariedade à Cooperativa em tela, cuja instituição, dentro dos princípios filosóficos e doutrinários e se não se afastar dos tais pressupostos, poderá se transformar em exemplo ao Brasil, principalmente, oriunda de uma região onde o sistema cooperativo tem escapulado em muito de seus verdadeiros ditames, universalmente aceitos.

Requeremos, sejam remetidas cópias deste requerimento ao Presidente da Cooperativa em Tela, ao Prefeito Municipal de Terra Roxa, ao Sindicato Rural local, bem como ao Presidente da Câmara Municipal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Ex.mos Srs. Secretário de Estado dos Transportes e Diretor do D.E.R., solicitando-lhes a viabilização da estrada que liga TOLEDO a NOVA AURORA pela PR-575.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A falta dessa estrada ligando Toledo a Nova Aurora, vem causando sérias dificuldades aos progressistas municípios que servem de escoamento aos produtos armazenados pela Cooperativa Agrícola Consolata Ltda. (COPACOL).

O trecho que liga Toledo a Nova Aurora, nesta época chuvosa, torna-se impraticável ao tráfego de caminhões que transportam os produtos de maior produção nessa área, tais como: soja, milho, trigo etc.

A falta de vias que facilitem o transporte rápido desses produtos, aos armazéns e cooperativas, vem gerando grandes prejuízos para os agricultores e para o próprio Estado.

Considerando que a conclusão desse trecho trará benefícios não só à comunidade, como também uma melhor perspectiva no aumento e escoamento da produção agrícola do Estado, estamos certos de que as autoridades competentes não medirão esforços visando o atendimento desta justa reivindicação dentro do menor prazo possível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Ex.^a, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Ex.^{mo} Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de se efetuarem estudos para a estadualização do Ensino de Segundo Grau no Município de Iretama.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Iretama conta atualmente com cento e trinta alunos matriculados no segundo grau, o qual pertence a ensino particular, pois o Estado não possui o mesmo naquele município, e como é sabido de todos, que por estar Iretama numa região totalmente agrícola, sua população é de baixa renda "per capita", ficando muitos alunos sem estudar por esse motivo.

Reforçamos aqui, pedido já efetuado através da Vereadora Hilda Aparecida Proença, a qual está, como nós, preocupada com o ensino de segundo grau do Município de Iretama.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a V. Ex.^a após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que o mesmo informe, a situação dos registros de diplomas das formandas da Escola Normal Colegial de Araruna, extensão de Peabiru.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

A constante procura que nos fazem, a fim de tomarmos medidas para solucionar o atraso nos registros de diplomas da Escola Normal de Araruna, a qual é extensão de Peabiru, fazem nós sermos portadores deste pedido de informações, inclusive para podermos tranquilizar aqueles que desde vários anos, não têm legalizada a sua situação como profissionais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, solicitando a urgente instalação de PS para o Distrito de PIQUIRIVAI, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Piquirivai, no Município de Campo Mourão é um dos mais progressista de toda a região, ficando distante de sua sede aproximadamente 16 km., o que muito dificulta as comunicações entre o mesmo, com sua sede que é Campo Mourão e também com outras localidades, daí então a necessidade da extensão desse benefício à sua população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores DOUTOR PETRÔNIO PORTELA, Ministro da Justiça, DOUTOR JOÃO DE LIMA TEIXEIRA, Presidente do egrégio Tribunal Superior do Trabalho, GENERAL NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Governador do Estado, contendo total e irrestrito apoio, para a indicação do DOUTOR VICENTE DA SILVA, atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, para JUIZ CLASSISTA, representante dos Empregados no egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região, com sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

As Federações com sedes na 9.^a Região da Justiça do Trabalho, foram convocadas pelo egrégio Tribunal apresentarem Listas Tríplices de Candidatos com a finalidade de concorrerem aos cargos de Juizes e Suplentes na próxima vacância.

As Federações de Trabalhadores do Estado do Paraná, consultando suas bases, entenderam não apresentar Candidatos em solidariedade e apoio total e irrestrito, ao companheiro VICENTE DA SILVA, atual Suplente, indicado pela Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná.

A posição assumida pelas Federações de Trabalhadores, se justifica, principalmente, por duas fundamentações, que entenderam relevantes para o interesse dos milhares de trabalhadores, sindicalizados ou não, mas que eles representam, e defendem os seus interesses, dentro da atual Legislação Trabalhista, vigente no País.

PRIMEIRA:

O indicado é Técnico em Contabilidade, formado em 1962, tendo exercido a profissão. Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito de Curitiba, turma de 1972, com militância no foro local, portanto com bagagem jurídica, notadamente no ramo do Direito do Trabalho.

Está vinculado à empresa comercial desta Capital há dezesseis anos, sendo atualmente, o Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba, e vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná.

Conseqüentemente, reúne as condições necessárias e indispensáveis para bem representar os interesses dos milhares de trabalhadores paranaenses naquela Corte de Justiça.

SEGUNDA:

Na longa e árdua luta para a criação e instalação do Tribunal Regional do Trabalho em nosso Estado, muito contribuíram os trabalhadores paranaenses, através de suas entidades

de classe, inclusive financeiramente, porém, no momento de escolher o representante classista, foram marginalizados com o ue "data vênica", não se conformam.

O Paraná, evidentemente, com maior desenvolvimento econômico que o vizinho e querido Estado de Santa Catarina, automaticamente, possui número mais elevado de trabalhadores, o que, fatalmente, provoca o maior índice de dissídios trabalhistas.

Assim sendo, e na certeza de que as Federações de Trabalhadores de nosso Estado, poderão contar com o apoio do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e das demais autoridades constituídas, é que apresentamos este requerimento, que na certa irá contar com o apoio do Excelentíssimo Senhor Presidente desta augusta Casa de Leis, e dos demais Pares.

Solicitamos, na oportunidade, que sejam encaminhadas cópias deste requerimento, a todas as Federações de Trabalhadores do Estado do Paraná, demonstrando que os Parlamentares estaduais do Paraná, não estão alheios às suas reivindicações na defesa de seus direitos, e dos direitos dos milhares de trabalhadores que a elas são filiados, através de seus sindicatos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Banco do Brasil S/A., sugerindo-lhe a instalação de um estabelecimento de crédito em Cafelândia, para atender a Cooperativa Agrícola Consolata Ltda. (COPACOL).

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cafelândia, considerado o maior de Cascavel, em todos os aspectos e, principalmente sócio-econômico, é sede de uma das maiores Cooperativas Agrícolas da poderosa região Oeste do Paraná, a Cooperativa Agrícola Consolata Ltda. (COPACOL).

Essa organização congrega os agricultores a ela filiados, de vários municípios, através de entrepostos e unidades armazenadoras de Formosa d'Oeste, Nova Aurora, Corbélia, Assis Chateaubriand e Cafelândia (Cascavel), sendo agregada à COTRIGUAÇU que é o maior complexo cooperativista do Paraná.

A importância da instalação desse estabelecimento de crédito em Cafelândia, para atender a Cooperativa Agrícola Consolata Ltda. (COPACOL), será fator preponderante para acompanhar o crescente desenvolvimento econômico dos referidos municípios.

Essa pujaça está caracterizada pelo Balanço Geral da Cooperativa Agrícola Consolata Ltda, de 1978, que soma no Ativo e Passivo a importância de Cr\$ 462.693.187,11 que, intuí ser prioritíssima a instalação desse estabelecimento de crédito em Cafelândia, para atender, não só a movimentação econômico-financeira decorrente de ali estar instalada aquela Cooperativa, como também, para propiciar maiores facilidades aos agricultores e pecuaristas que habitam naquela região, onde a produção do soja, milho e trigo são fatores preponderantes de seu progresso.

Finalmente, devemos ressaltar, que está tramitando na Assembleia Legislativa do Estado, projeto de lei tratando da emancipação de CAFELÂNDIA, distrito que cumpre atualmente todas as exigências legais para ser elevado à condição de município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando a instalação de uma agência dessa empresa no Distrito de Missal, Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo e Judiciário de Missal, o mais progressista e desenvolvido do Município de Medianeira conta com aproximadamente 25.000 habitantes na sede distrital e no interior.

Missal igualmente experiente um vertiginoso crescimento urbano, com a implantação do comércio e da indústria, atualmente já servida com agências bancárias, hospitais, farmácias, supermercados e demais estabelecimentos próprios de centros urbanos de pequeno e médio porte.

O distrito conta com a sua economia assentada essencialmente na agricultura, minifundiária, associada com a pecuária e o extrativismo.

Considerando estes aspectos, e levando em conta as melhorias que estão sendo levadas ao distrito, como a instalação de uma rede telefônica, a solicitação de ligação asfáltica e demais obras de infra-estrutura em execução ou projeto, fundamentamos a nossa solicitação, para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos instale naquele distrito uma agência de Correios e Telégrafos, uma vez que o posto atualmente existente não satisfaz a demanda da correspondência e demais serviços.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário das Finanças, solicitando a instalação de um Posto Auxiliar de Rendas, no Distrito Administrativo e Judiciário de Missal, Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Prende-se tal solicitação unicamente nos aspectos desenvolvimentistas pelos quais atravessa o Distrito de Missal, o maior e mais desenvolvido do Município de Medianeira.

Missal, cuja população gira em torno de 25.000 habitantes, tem a base de sua economia assentada na produção agrícola oriunda de uma exploração minifundiária através das mais modernas técnicas exploratórias.

Esta afirmação econômica através da agricultura reflete-se em seu comércio, sendo que a sede distrital encontra-se atualmente servida por estabelecimentos das mais diversas naturezas, como agências bancárias, postos de gasolina, supermercados, atacadistas e varejistas de secos e molhados, cerealistas e indústrias extrativas de pequeno e médio porte.

Em suma, Missal é hoje um pequeno polo de convergência comercial, atendendo várias localidades do Município de Medianeira.

Por estes aspectos, e pelas diversas melhorias de infra-estrutura que estão sendo levadas a efeito no distrito, fundamentamos o nosso pedido, para que a Secretaria de Estado das Finanças instale em Missal um Posto Auxiliar de Rendas, vindo assim beneficiar e incrementar o setor na comunidade.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 72/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º -- Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de 2 (dois) anos, terão o

direito de contá-las em dobro, para todos os efeitos legais, desde que a requeiram no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação desta lei.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Muitos são os funcionários que por desconhecimento da Lei n.º 6.742, deixaram de requerer no prazo fixado a contagem das férias não gozadas.

Visa o presente plano de lei renovar o dispositivo de modo, a possibilitar aos interessados, especialmente os radicados no interior do Estado, os justos benefícios que já foram conferidos a outros.

Outrossim, lembramos que esta Casa aprovou emenda com idêntica redação dada ao artigo 1.º deste projeto que, entretanto, não prosperou por ter sido considerado aprovado o projeto original, por decurso de prazo.

Esperamos novamente contar com o imprescindível apoio dos nobres Pares para a concretização da medida.

PROJETO DE LEI N.º 73/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º -- É concedida o título de "Cidadã Benemérita do Paraná" à Irmã Maria Turkiewicz, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Dentre as personalidades de maior destaque nas áreas da educação e saúde do nosso Estado, ressalta-se a Irmã Maria Turkiewicz, Diretora da Escola Técnica de Enfermagem "Catarina Labouré", e Chefe do Serviço de Enfermagem do Hospital Nossa Senhora das Graças.

No desempenho das referidas funções e de muitas outras que compõem o seu extraordinário "currículum vitae", a Irmã Maria Turkiewicz sempre demonstrou invulgar dedicação à causa do bem e do progresso, praticando o amor fraternal de forma notável.

Formada em Filosofia e Enfermagem preocupou-se em inovar métodos, divulgando suas abalizadas conclusões em palestras e trabalhos publicados.

Além da importante obra "Modelos de articulação Inter-Setorial e Intra-setorial para a formação de Recursos Humanos de Enfermagem a nível de Auxiliar de Enfermagem", que trata da criação de estratégias para viabilizar as metas previstas para 1.980 pelo Plano Decenal de Saúde, encontra-se no prelo o enfoque "Ano Internacional da Criança".

Foi também, autora de Módulos de Ensino para Habilitação do professor não titulado - Projeto HAPRONT - Meta do Plano Setorial da Secretaria da Educação e Cultura 75/79 - Paraná, com os títulos: 1. Ambiente físico ideal de sua escola; 2. Higiene pessoal e saúde; 3. Primeiros socorros na escola; 4. Verminose-Doenças controláveis por saneamento; 5. Imunizações; 6. Alimentação - Fator que interfere na aprendizagem; 7. O desenvolvimento da criança e aprendizagem.

Por estas razões e pelo que mais consta do curriculum de dezoito laudas que a esta acompanha, propomos o presente plano de lei, na certeza de contar com o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Casa.

"Segue Currículum constante das suas atividades".
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Hoje estamos dando entrada em dois requerimentos, solicitando em um deles, a inserção na ata dos trabalhos legislativos, do dia de hoje, de um voto de solidariedade, ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, pelo movimento reivindicatório de melhores condições de trabalho e elevação de níveis salariais.

Acompanhando, através de noticiário dos jornais, edição de hoje, notamos que o Governo se preocupa em adiantar pronunciamentos dando conta da ilegalidade da greve.

Se a greve é ilegal, o movimento é legal, mais do que legal é justo e merece o respeito e o apoio do povo brasileiro.

A imprensa em especial, nesses anos de autoritarismo, tem apresentado uma inestimável colaboração ao processo político brasileiro, favorecendo não só a luta pelo revigoramento do Legislativo, mas a causa do fortalecimento de todas as instituições democráticas e de respeito aos direitos do indivíduo.

Por isso, estou solicitando, da tribuna desta Casa, o apoio de todos os Senhores Deputados, para que a Assembléia Legislativa firme uma posição ao lado do jornalista profissional, porque existe e verdade, uma grande identificação entre o Parlamento e a Imprensa.

Não devemos encarar como mero gesto e gratidão, o voto de solidariedade. Esse voto que emprestamos aos jornalistas, mas, devemos sim, como reconhecimento do valor de uma classe profissional, que sofre as mesmas distorções da política salarial implantada no País e que afeta a milhões de trabalhadores brasileiros.

O jornalista, sempre em todos os movimentos reivindicatórios, esteve a noticiar com reportagens, comentários, editoriais, nos mais diversos órgãos, dando a sua colaboração, sem se omitir, na defesa das liberdades sociais e democráticas.

É justo que agora, quando esta mesma classe, levanta o problema das bases salariais, reivindicando melhores condições, é justo que receba o apoio deste Parlamento e das demais Casas Legislativas do País.

Sr. Presidente, só para complementar, gostaria de dizer também que, além desse requerimento, dou entrada em outro, solicitando um voto de aplauso ao Vereador João Batista Alberto Gnoato, um verdadeiro baluarte em defesa de nossa ecologia, de nossa natureza.

Ele, que não recebeu o "Pinhão de Prata", quando da inauguração do Palácio Rio Branco, porque era, naquela ocasião, Presidente daquele Poder Legislativo e não poderia se auto homenagear.

Então nós, hoje, solicitamos que a Câmara de Curitiba venha prestar uma homenagem a esse grande homem, a esse grande político, honrado João Batista Alberto Gnoato.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Apesar do empenho dos membros da Comissão de Instrução Pública desta Casa, os problemas no Hospital Universitário de Londrina continuam. A solução está longe de ser alcançada. Ontem pela manhã, residentes, docentes e acadêmicos reuniram-se novamente, na Concha Acústica, de forma ordeira e pacífica, exigindo das nossas autoridades uma definição para o impasse.

E neste momento, Sr. Presidente, reforçamos o apelo ao Governador, autoridade maior deste Estado. Como ex-Ministro da Educação, o Sr. Governador deve ter, evidentemente, uma boa dose de conhecimentos e bom-senso. Chegou o momento de agir com justiça, sem meias-attitudes e meias-verdades. Buscou-se, de todas as formas, encontrar uma solução, e agora, na escala de valores somente o Governador

poderá encontrar o caminho para a luz.

Ano passado, no episódio dos professores suplementaristas, o então Governador negou-se a dialogar e não aceitou um convite para participar da assembléia permanente em Londrina. Atitudes assim desgastam. É nesse sentido que apelamos ao Sr. Governador. Não em nosso nome, mas em nome da comunidade londrinense.

Afinal, não se concebe que o Reitor da Universidade Estadual de Londrina distancie-se do processo de abertura, tão falado e tão propalado neste País, e dentro da sua iniquidade, rotule-se de dono da universidade. Londrina não é uma capitania e não aceita o feudalismo.

A seguir, Sr. Presidente, vamos ler o manifesto aos alunos da FUEL, redigido pelos Residentes, Docentes e Acadêmicos do Hospital Universitário Regional do norte do Paraná. (Lê):

"MANIFESTO AOS ALUNOS DA FUEL

E a luta continua...

A esperança de que os nossos problemas seriam resolvidos e a confiança em que nossos administradores tivessem o bom sendo para resolvê-los, fizeram com que nós voltássemos às nossas atividades, em 11 de maio do corrente, após trinta e oito dias de paralização.

Com alívio, depois de dias de angústia, a população londrinense e da região viu a Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa do Paraná propor uma solução conciliatória para o impasse que havia entre a Reitoria e o corpo docente e o discente do H.U.R.N.P. Solução essa que, a princípio, estava de acordo com os anseios de toda a comunidade e as partes interessadas.

Supondo que as condições tivessem sido aceitas, todos voltamos ao nosso trabalho, confiantes de que os problemas seriam resolvidos.

Sentimo-nos assim, frontalmente enganados, quando vemos as nossas reivindicações serem sequer atendidas, num flagrante desrespeito à intermediação da Comissão de Instrução Pública, que, de posse de um voto de confiança da Reitoria, tentava solucionar a problemática existente. Mais uma vez confiamos nos responsáveis pela administração da nossa Universidade e, mais uma vez, fomos traídos.

Constava nesse relatório a convicção de que nenhuma punição seria aplicada aos docentes, residentes ou estudantes. Mas estas se fizeram sentir. A remuneração dos docentes e dos residentes referente aos dias de greve não foi feita, embora tenhamos trabalhado arduamente no Pronto-Socorro e nas enfermarias do H.U. durante esse período. Os alunos foram punidos: faltas às aulas foram computadas, levando vários à reprovação.

Os docentes readmitidos, deveriam ser julgados de maneira justa, segundo normas do Regimento Geral da UEL, mas até agora nenhuma comissão foi formada, provando, mais uma vez, que regulamentos são manejados de acordo com interesses de alguns.

Apesar de não constar no relatório da C.I.P., explicitação da demissão imediata dos Diretores Superintendente e Clínico do Hospital Universitário, entendimento com os Deputados não deixava dúvidas de que a saída dos mesmos era imperiosa para o bom andamento dos trabalhos. A presença desses indivíduos mantém um clima de intranquilidade e insegurança incompatíveis com o ambiente de um hospital-escola.

Os fatos supracitados demonstram a pouca preocupação da Reitoria em resolver os graves problemas que afligem a nossa Universidade. Procura manter, através de métodos indignos de uma administração universitária, as decisões arbitrárias e prepotentes contra as quais lutamos arduamente.

Assim posto, vimos manifestar a nossa repulsa e desconfiança à Reitoria, e declarar a intenção em continuar lutando pelos direitos inalienáveis de uma verdadeira universidade.

Londrina, 25 de maio de 1979

Residente, Docentes e Acadêmicos do HURNP

2.^a feira -- 11 horas

ATO PÚBLICO NA CONCHA ACÚSTICA

COMPARAÇÃO!!!

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E A POPULAÇÃO ESTÃO SENDO ENGANADOS

O Reitor da Universidade **NÃO** está preocupado com a volta dos professores demitidos, apesar de dizer nos jornais e televisão que tem uma comissão cuidando do caso.

A **VERDADE** é que esta comissão é formada por pessoas que apoiaram o Reitor quando ele **mandou embora** os professores.

Voltamos ao trabalho com o trato de **NÃO** sofreremos PUNIÇÕES, porém **O REITOR NOS PUNIU**:

- não pagando os professores;
- reprovando os alunos por falta;
- ameaçando com novas demissões.

SEM ACREDITARMOS QUE O REITOR TENHA BOAS INTENÇÕES PARA COM O HOSPITAL E, PREOCUPADOS NOVAMENTE COM A POPULAÇÃO, VERDADEIRA PROPRIETÁRIA DO H.U., PEDIMOS A TODOS QUE COMAREM 2.^a FEIRA, DIA 28-05-79, às 11 HORAS, na CONCHA ACÚSTICA.

PARA JUNTOS LUTARMOS PELO QUE É NOSSO!"

É um novo apelo que fazemos, Sr. Presidente, nobres Deputados, ao Governador do Estado, para que solucione de forma rápida e urgente este impasse entre os docentes e discentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná e a Reitoria da Universidade Estadual de Londrina.

É o apelo que fazemos em nome de toda a comunidade do Norte do Paraná.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Werner Wanderer. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Pronuncia-se este Deputado para esclarecer ao Plenário desta Casa os fatos atinentes à área de Segurança Pública no Município de Cascavel.

Ao assumir-mos a cadeira de Deputado representando o povo de Cascavel uma de nossas primeiras preocupações foi no sentido de inteirarmo-nos das dificuldades que a área de Segurança Pública tem para realizar a prestação de serviços atinentes à sua alçada.

Foi com conhecimento destas dificuldades que contactamos o Sr. Secretário da Segurança no sentido de colocar à frente da 15.^a S.D.P., sediada em Cascavel, um Delegado de Carreira, com reconhecida capacidade, competência e de idoneidade moral inatacável.

Atendendo o apelo da população trabalhadora e ordeira de Cascavel o Sr. Secretário da Segurança nomeou para o cargo de Delegado Titular daquela cidade o Bel. EMÍLIO WZOREK, portador de excelente folha de serviços nas lides policiais.

Não se ateve apenas a isto o Secretário HAROLDO FERREIRA DIAS, tendo o mesmo ainda deslocado-se a Cascavel em companhia do Diretor da Polícia Civil, Sr. LUIZ CHEMIM GUIMARÃES, para inteirar-se pessoalmente da problemática policial daquela cidade.

A ida do Sr. Secretário da Segurança Pública a Cascavel demonstra de forma inequívoca a forma com que o mesmo pretende que seja conduzida à 15.^a Sub D.P., pois com o contato estabelecido com o Bel. EMÍLIO WZOREK, foi por este solicitado da Corregedoria da Polícia Civil na pessoa do seu titular o Dr. RENATO ORTOLANI DE SOUZA uma correção nos cartórios da Delegacia de Polícia de Cascavel.

Esta correção trará às claras a situação em que se encontram

todos os inquéritos em andamento na Delegacia de Polícia de Cascavel.

Parabenizamo-nos com o Bel. EMÍLIO WZOREK, pois sua atitude vem de encontro com os anseios da população de Cascavel.

Temos certeza que esta correção expurgará toda e qualquer dúvida que possa haver sobre a lisura com que estão sendo tratados os assuntos de Segurança Pública em Cascavel.

Entretanto, o Delegado titular EMÍLIO WZOREK nos informou que pretende reestruturar da melhor maneira possível a polícia cascavelense. Nos seus planos de reestruturação entram a implantação dos dois distritos policiais criados há muito tempo mas ainda não instalados, o remanejamento de pessoal visando montar uma equipe à altura das necessidades o término da construção da nova Delegacia de Polícia o mais breve possível, o aumento do número de Cartórios entre outras medidas já anunciadas, e outro não é nosso desejo pois somente com retidão e trabalho devolveremos a paz e tranquilidade tão necessárias a Cascavel para que a cidade alcance seu desenvolvimento pleno."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidélino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDÉLCINO TOLENTINO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante as vésperas das eleições de 1978, o Município de Guaraniáçu, foi palco das mais estranhas ingerências políticas. E, principalmente, da parte do Governo do Estado, usando a máquina administrativa. E num dos mais progressistas distritos de Guaraniáçu, o Distrito de Diamante, onde na região oeste do Paraná, hoje representa o maior produtor de suínos, de pecuária e de milho. Ali, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vivem seguramente uma população superior a 12.000 habitantes, ali, que é distrito judiciário, que tem uma enorme distância de comunicabilidade porque só é feita através de rodovia em estado precário. Ali, vivem também, muitas pequenas indústrias onde 1.500 eleitores, já pela segunda vez e quem sabe, até, em protesto à má administração municipal e a desatenção do Governo do Estado, fez com que a Oposição por duas legislaturas, elegeisse um representante naquela cidade.

E às vésperas das eleições, a máquina famigerada de fazer votos, ou a máquina administrativa colocou à disposição de parcela que reivindicava uma estrada e que inclusive, foi por este Deputado defendida desta tribuna, por várias vezes, colocou à disposição de setores dissidentes do Partido Situacionista, uma máquina, um trator e uma patrula para fazer a estrada, ligando Diamante ao Município de Palmital precisamente até às barrancas do Rio Piquiri.

Acontece que já após as eleições, provavelmente, com a justificativa de pane nessas máquinas, a estrada deixou de ser, completada, deixou de ser aberta, e por conseguinte, grande trabalho foi desperdiçado no início daquela rodovia. E do outro lado do Rio, no Município de Palmital, foi concluída a estrada até as barrancas do Rio Piquiri. Falta hoje, Sr. Presidente, para concluir o acesso, apenas cinco quilômetros dessa rodovia, que a população está a reclamar do Poder Público, mas também reclama, reivindica, e exige do Governo do Estado, que já está instalado no Palácio há mais de dois meses, reivindica energia elétrica num distrito cuja vida, cuja sede tem grande população e vive às escuras sem energia elétrica, embora em outros distritos de menor densidade populacional, e de menor necessidade no setor de agilização do processo econômico, há muito já dispõe desse benefício. Até agora, não tem ainda nem um posto telefônico, apesar das insistentes reivindicações feitas desta tribuna. E aqui há um Vereador, Sr. Presidente, Blamir Bortolli, que há há mais de uma semana está na Capital fazendo gestões nesse sentido, e as negativas são sem-

pre com as mesmas justificativas.

Para concluir, Sr. Presidente, faço desta tribuna o apelo veemente da população do Distrito de Diamante, de Guaraniaçu e também de Palmital, que têm largo interesse no acesso desta estrada para demandar à Rodovia Federal PR-277. Fica o apelo, Sr. Presidente, esperando que as autoridades e o representante da ARENA que fez votos por causa da máquina naquela localidade, eminente Deputado com cadeira neste Parlamento, que tome por si a responsabilidade de agilizar a máquina administrativa agora, para solucionar o problema, e atender aquela população, que votou de boa fé e esperando o cumprimento das promessas eleitorais. -- (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur, inscrito.

OSR. JOÃO MANSUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna, esta tarde. Primeiramente, gostaríamos de nos congratular com o Deputado João Elísio, pela felicidade que teve em apresentar um voto de congratulações à Federação das Indústrias do Estado do Paraná, quando da concessão da medalha de mérito industrial a três eminentes figuras da indústria em nosso Estado, nas pessoas de Anacleto Busato, Ester Essensfelder Cunha de Mello, Antônio Borsari Pizatto.

Realmente, a Federação das Indústrias do Paraná, se houve com muita felicidade quando deliberou, através de seus dirigentes, homenagear estes três eminentes industriais, que muitos serviços têm prestado no desenvolvimento de nosso Estado.

Portanto, deixo aqui registrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este meu voto de congratulações ao eminente Deputado João Elísio Ferraz de Campos.

Outro assunto que nos traz à tribuna, Sr. Presidente, é apresentar um requerimento, nesta tarde, cujo teor temos a satisfação de dar conhecimento aos Srs. Deputados que integram esta Casa de Leis. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Dr. CÉSAR CALS, e aos Srs. Vereadores de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, Francisco Augusto Caminski e Adir Gonçalves Pereira.

Outrossim, REQUER seja dado ciência aos mesmos, através telegrama.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1979.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento de voto de congratulações justifica-se plenamente pela luta que os mencionados Vereadores vêm desenvolvendo desde longa data, junto aos Poderes competentes, a fim de que os mesmos dêem o incentivo necessário à produção do xisto betuminoso, na região de São Mateus do Sul.

Finalmente o trabalho desenvolvido encontrou eco junto ao atual Ministro das Minas e Energia, na pessoa do Sr. Ministro, Dr. Cesar Cals o qual aprova a exploração do xisto, visualizando com isso uma maior potencialidade e conseqüente redenção para o problema crucial para os derivados do petróleo”.

E, como justificativa, Sr. Presidente, nós que ontem assistimos, através do “Jornal Nacional” as declarações do Ministro das Minas e Energia, do atual Governo, queremos confessar que foi com muita satisfação, porque vem de encontro a uma luta que estamos sustentando há mais de vinte anos, aqui no Paraná. E eu me recordo ainda, no Governo do nosso companheiro, Dr. Moysés Lupion, há vinte anos passados, nós conseguíamos com Sua Excelência, caminhões, e através de gestões com o Dr. Ângelo Lopes, então Diretor da Rede de Viação Paraná - Santa Catarina, vagões que transportavam daqui do Paraná, al

guns vagões de xisto piro-betuminoso da nossa região, que eram levados à Usina de Tremembém, a fim de que se fizesse todas as análises para verificar o teor de aproveitamento do nosso xisto, do xisto que integra toda a região Centro Sul do nosso Estado.

E qual não foi a nossa satisfação, que o teor apresentado era um dos melhores do mundo. Razão porque, daquela data em diante, iniciamos um movimento no sentido de que se instalasse aqui, no Paraná, a usina de industrialização do xisto. E foram iniciados com a usina piloto, que vem desenvolvendo pesquisas, análises e experiências há muitos anos. E o vem fazendo com grande expectativa para toda a região do nosso Estado, e porque não dizer, para todo o Paraná, porque a industrialização do xisto da nossa região representará a redenção do Centro Sul do Paraná e trará, conseqüentemente, uma grande ajuda no desenvolvimento do nosso Estado.

Mas, todas as tentativas que fizemos, os pronunciamentos que esses dois Vereadores, Francisco Caminski e Adir Gonçalves Pereira têm feito na Câmara Municipal de São Mateus do Sul; os pronunciamentos que nós fizemos desta Casa, os apelos endereçados às autoridades responsáveis, sempre encontravam uma barreira no sentido de que, no momento, a industrialização do xisto não era possível, dado o preço da sua industrialização.

Mas, pelas dificuldades que o mundo vem apresentando, especialmente o Brasil, com os preços do petróleo subindo todo o mês, hoje tornou-se viável, a industrialização do nosso xisto.

E ontem vimos a afirmação do Sr. Ministro de Minas e Energia, de que será atacado imediatamente, a grande usina de industrialização que será no Município de São Mateus do Sul, no Centro Sul de nosso Estado, e que por certo virá trazer um grande desenvolvimento àquela região, que já representou muito ao Paraná, na fase da madeira, da erva-mate, da suinocultura e que hoje, com suas terras cansadas, vem se debatendo pela sua sobrevivência.

E tenho certeza, e quero aqui me congratular com toda a região do Sul do meu Estado, por essa decisão do Governo Federal, que tenho certeza, trará melhores dias para toda aquela região e para toda a população do Centro Sul do meu Estado.

Obrigado, Sr. Presidente. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- Está encerrada a Hora do Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A Universidade é a extensão do saber, é a razão da cultura, é a honra das famílias, desde que seja livre e democrática.

No dia 02 de abril p.p., pedíamos a esta Casa, que transcrevesse em seus Anais, para que ficasse devidamente documentado, uma reportagem publicada pelo jornal “Folha de Londrina”, dando conta do início de uma crise, das mais sérias, envolvendo o Hospital Universitário e a própria Universidade Estadual de Londrina.

No dia 04 do mesmo mês, ocupamos esta tribuna para discorrer sobre a crise e trazer ao conhecimento desta Casa e do Paraná, na condição de um dos representantes de Londrina neste Parlamento, as razões que geraram a crise, envolvendo docentes e discentes da área médica daquela Universidade.

Posteriormente, os eminentes Deputados Fiori Luiz e José Antônio Del Ciel, também representantes de Londrina nesta Casa, se pronunciaram a respeito, sendo que este último, na condição de Presidente da Comissão de Instrução Pública, a acionou com a colaboração de todos os membros, visando, na

condição de intermediadores, por fim à crise que já se prolongava por vários e vários dias. E a greve terminou.

De tudo isto, restou um documento firmado pela Comissão de Instrução Pública desta Casa, da qual tenho a honra de fazer parte, como membro suplente, no qual se fez constar o seguinte:

(Lê o documento)

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o que temos sabido é que a Reitoria da Universidade de Londrina, vem distorcendo completamente os termos do documento firmado pela Comissão de Instrução Pública, que redundou no encerramento da crise.

E isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável que esteja ou tenha ocorrido, pois em sendo assim, estará a Reitoria daquela Universidade desrespeitando este Poder Legislativo que, diga-se de passagem, tudo procurou fazer para solucionar a então crise. E como membro deste Poder, não posso, de forma nenhuma, ficar passivo diante de tamanho desrespeito e consideração.

O jornal "O Estado do Paraná", edição de hoje, relata de maneira convincente o que antes afirmei, e informa mais, que diante desses fatos, os docentes e discentes do Hospital Universitário de Londrina promoveram no dia de ontem, pela manhã, na Concha Acústica, um novo ato público em protesto às atitudes tomadas pela Reitoria após a crise, e com o objetivo de informar à população que esta e o próprio Hospital Universitário estão sendo enganados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por que tudo isso aconteceu?

Quais os culpados: a Reitoria ou os Docentes e Discentes?

Acho que o problema é de maior profundidade. Claro que as consequências de tudo isso é em decorrência do próprio regime político-institucional que vive o País. É falta de democracia. É a ausência do respeito e obediência às leis. É o desaparecimento do Estado de Direito.

A educação no Brasil tem sobrevivido a muitas e sérias crises.

De um lado, o Governo querendo e impondo o ensino pago. De outro, a Oposição querendo, mas não conseguindo, o ensino gratuito. Todavia, esta luta continua, mesmo que para reconquistá-lo seja necessário anos e anos de sacrifício.

Nunca é tarde demais para se conseguir alguma coisa. O tempo é o melhor remédio. Ele se encarrega de colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Para falarmos da educação no Brasil de hoje, é preciso lembrar que nos últimos anos, não houve um momento sequer, em que o problema educacional não dividisse e até apaixonasse a opinião pública, mercê das contradições que chegaram à política e aos interesses empresariais.

É preciso remontar o grande debate nacional entre a escola democrática e popular de um lado, e a escola impositiva, autoritária na sua essência, e antipopular ou elitista, de outro.

Nos idos de 1958 até 1964, relatam os documentos, provam os textos históricos, configuram os jornais e revistas, a grande questão da educação era saber se ao Estado era assegurada a tarefa de oferecer educação, através do sistema de ensino público, à maior parcela de brasileiros, incorporando sempre novos contingentes populacionais ao Sistema Nacional de Educação. Ou se, diferentemente, deveria o Estado cumprir sua tarefa educacional pública, através de intermediários; isto é, pagar a empresas comerciais educacionais, para que realizassem a tarefa educacional, ali onde existisse a possibilidade do lucro, nas grandes concentrações urbanas especialmente.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, invoca-se a necessidade de os cofres públicos, retirando recursos dos impostos pagos pelo cidadão, sustentarem as empresas educacionais para que houvesse o "pluralismo ideológico", a abertura e diversificação das idéias na sociedade. E para que a estrutura

ideológica da nossa sociedade - tão bem caracterizada por alguns ideólogos, não fugisse à tradição cada vez mais fustigada pelos novos conhecimentos e métodos de ensino.

Já então, se delineava no plano da educação e da cultura, a grande crise que iria desabar sobre o País em 1964.

Assim como a reconhecida necessidade de uma reforma fundiária no território nacional, acabou se transformando num motivo de guerra psicológica adversa, preparando uma insurreição militar, em 1964. Assim como a pregação da estatização do comércio exterior gerou pretextos e campanhas contrárias, que culminaram com o levante militar de 1964.

Assim como as pressões urbanas em busca do trabalho e do salário, geraram a contra-revolução preventiva de 1964.

Assim também a educação democrática e universal, foi o pivô de importante celeuma. Especialmente porque para a escalada do poder, encetada pelos mesmos grupos de antes e durante 1960 em diante, era decisivo criar a suspeita contra a ação do governo, contra a solução dos problemas nacionais por parte do poder público, contra as iniciativas governamentais apoiadas no povo organizado.

E então se criou uma campanha de mistificação nacional, ideologizando a sociedade brasileira contra sua própria capacidade de pensar e resolver os seus próprios problemas, através de ação do governo. Já não se tratava de apenas um governo, tendo à frente um político ou um partido; mas de qualquer político, de qualquer partido.

Porque a sociedade brasileira já se articulava no plano econômico ao nível da indústria moderna. E na sua seqüência vinha o capital financeiro formado por grupos e múltiplos interesses que precisavam estar livres para promover rapidamente a concentração de riquezas, aumentando de um lado os favores do capitalismo de Estado; de outro, aumentando a exploração sobre o trabalho dos brasileiros.

Mas, acenava-se com a correção de certos vícios, com a eliminação de hábitos e costumes da demagogia e do clientelismo políticos. Apresentava-se à sociedade brasileira um projeto de Brasil "limpo", de Brasil "desenvolvido", de Brasil do "futuro", que seria amanhã ou depois, quem sabe. Só que ao certo, nunca.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Entendo que devo insistir: se a agricultura, a indústria e o comércio, e ainda o padrão de vida do povo foram questões invocadas para a mudança na sociedade brasileira; foram contestadas por todos os meios, diretos e indiretos. A educação foi o telhado do edifício da reação; o telhado a pretextar que o futuro também estava ameaçado através do envolvimento da juventude brasileira.

Essa juventude que hoje são os homens maduros, e que viram a trajetória política, econômica, cultural e educacional; esta juventude que sentiu as mudanças sociais, muitas vezes drásticas, operadas ao longo desses anos, cerca de 20 anos de crises. E viram parcela importante da juventude estudantil brasileira se levantar em 1967 e 1968, contra a degeneração do ensino e da educação dos brasileiros, contra as medidas que resultaram, finalmente, no que hoje temos no País.

Hoje, mais do que nunca, é de se fazer uma indagação: quem afinal, tinha razão nos embates de 1967/68?

Os estudantes e a parcela lúcida da sociedade que combatia e enfrentava a incompetência e a violência repressiva, baseada na ignorância sofisticada que se erigiu em diretiva nacional?

Os os tecnoburocratas militares e civis que, com seu verniz de política e ciências sociais se autoinvestiram na tarefa salvacionista; na tarefa de "pensar na sociedade brasileira" através de formulações ensaísticas de estratégia político-militar?

Em Londrina, as faculdades eram jovens ainda; muito recentes e se ajustavam à evolução da sociedade predominantemente cafeeira do Norte do Paraná.

Havia e há uma grande expectativa em conquistas e conhe-

cimentos de nível superior; de contribuir para o desenvolvimento de sua região, de seu Estado, de seu País. Havia e há a compreensão de que se a escola é o resultado do nível de vida conquistado pelo trabalho e pela organização social; não podemos esquecer que ela também reflete sobre o meio, produzindo feitos acumulados e ajudando a encontrar soluções mais evoluídas para os problemas sociais, culturais econômicos, administrativos e políticos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. deputados, em Londrina, como em todo o Brasil, a educação foi ideologizada: a lavagem cerebral começou a operar com seus instrumentos de persuasão e com os elementos de coação.

Alunos foram pressionados, afastados e presos. Professores foram pressionados e eliminados dos quadros docentes. Em lugar de professores conscientes e capazes, preferiu-se instalar nas chefias os mais dóceis e manobráveis.

Como todas as escolas brasileiras, de todas as regiões, a instituição continuou; alunos e professores conscientes fizeram a resistência a seu modo; lutaram com os meios de que dispunham. E as esperanças não desapareceram. Firmaram-se em ações e expectativas.

Ali ficou também um centro de resistência em favor da educação universal democrática e progressista. Ali também persiste a esperança de não só continuar essa trajetória significativa, mas de crescer e melhorar. Os olhos da mocidade estudiosa do Norte do Paraná e de resto de todo o País, estão voltados para outros centros e outras áreas da atividade humana que, apesar de tudo, conseguiram atingir o nível fundamental, possível nas condições do Brasil de hoje".

Concedo o aparte ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro - Agradeço, Deputado José Tavares.

Vossa Excelência iniciou seu pronunciamento fazendo referências específicas à crise da Universidade Estadual de Londrina.

Fez algumas digressões sobre o momento político brasileiro. Aborda, sem dúvida, aspectos importantes do sistema educacional deste País, mas, gostaria de, particularmente, pelo fato de ter sido citado por Vossa Excelência, como subscritor do relatório da Comissão de Instrução Pública, de saber qual o desrespeito que, neste momento, caracteriza o comportamento da Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, para que tenha eu condições, não só como membro da CIP, mas como Parlamentar interessado em dialogar com Vossa Excelência sobre este assunto, para que possa, este Deputado, inclusive do seu ponto de vista pessoal e não político, fazer a colocação que entende julgar necessária neste episódio.

É o esclarecimento que peço a Vossa Excelência, permitindo-me, já, solicitar um novo aparte na continuidade do seu pronunciamento, para que então possamos estabelecer, se assim entender Vossa Excelência, o diálogo em torno desta questão.

O SR. JOSÉ TAVARES -- Nobre Deputado Airton Cordeiro, entendo que a Reitoria da Universidade de Londrina começou a descumprir aquilo que havia prometido, no instante em que alunos do Curso de Medicina já estão reprovados por faltas, em decorrência do movimento grevista.

Entendo que a Reitoria da FUEL já descumpriu com aquilo que havia prometido no instante em que, até o presente momento, não conseguiu colocar fim ao processo administrativo que se obrigara a fazer logo após o reinício das atividades estudantis.

Entendo que a Reitoria deixou de cumprir com aquilo que havia prometido, no instante em que os médicos residentes, os internos do HU, ao chegarem em seu local de trabalho, não tinham clima suficiente para ali permanecer, uma vez que os prontuários médicos -- é muito grave isto, nobre Deputado -- prontuários médicos de pacientes que já haviam atendido, não se achavam no HU, e sim, na mesa do Reitor da Universidade. E quando solicitados, esses prontuários, para poderem medicar,

avaliar com critério médico e com seriedade, esses prontuários foram negados. Entendo que fato mais grave do que esse, é impossível.

Essa a razão pela qual, nobre Deputado Airton Cordeiro, eu inicialmente entrei no meu pronunciamento fazendo algumas alusões ao movimento grevista de Londrina e, principalmente, porque ontem, exatamente ontem, na Concha Acústica de Londrina, novo ato público em protesto ao não cumprimento de certas medidas que possamos chamar protocolares, por parte da Reitoria, não ocorreram.

O Sr. Airton Cordeiro - Se me permite o nobre Deputado José Tavares, exatamente, essas medidas, que eu gostaria que Vossa Excelência localizasse, para que, se nós entendermos que realmente há o descumprimento das recomendações da Comissão de Instrução Pública, nós todos, Deputados, possamos adotar...

O SR. JOSÉ TAVARES -- Vossa Excelência me permite, apenas para dialogar com Vossa Excelência.

Um outro fato que eu reputo não tão grave, mas que foi o fato gerador deste movimento, porque a crise da Universidade de Londrina vem de 64; não é de hoje, mas ela aflorou exatamente agora, com a nomeação do Coronel Rubens Passerino Moura, e que Vossa Excelência muito bem ouviu lá em Londrina de que ele seria demitido e ele continua no cargo, impondo suas determinações militares.

E evidentemente que o corpo docente e discente, os internos do HU não vão permitir isso.

Gostaria, se Vossa Excelência me permite, de concluir o meu pronunciamento, modesto e despretencioso, porque o tempo já se vai e eu ainda tenho duas laudas para terminar de ler.

O Sr. Airton Cordeiro - A minha preocupação, Deputado José Tavares, era tão exclusivamente oferecer a versão deste Deputado em relação aos problemas trazidos por Vossa Excelência.

Se isto não é possível, agradeço.

O SR. JOSÉ TAVARES -- Não sei se consegui trazer alguns motivos pelos quais entendo que a Reitoria não vem cumprindo.

Se não consegui, Vossa Excelência me perdoe; terei que concluir meu pronunciamento.

O Sr. Airton Cordeiro Confesso que não localizei.

O SR. JOSÉ TAVARES -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Podemos dizer que, apesar das pressões e reações, a mocidade do Norte do Paraná não aceita a tutela política; não aceita a burocratização clientelista da Universidade. Resistiu, resiste e resistirá às tentativas de tomar a Universidade como área de manobras políticas governamentais; de substituir o ensino lúcido e progressista por uma caricatura educacional baseada no filhotismo político.

O mestre servil - que foi modelado pelo regime - não é acatado pelos universitários; não é respeitado pela comunidade. O governo fez das escolas superiores um centro de empreguismo, de perseguição, de burocracia; de clientelismo político, segundo a ideologia imediatista do lucro e da propaganda eleitoral.

Cada dirigente deve prestar vassalagem aos chefes de momento; deve escolher seus apaniguados e guindá-los aos postos dirigentes; deve sacrificar a eficiência do ensino aos critérios e de acordo com os comandos políticos.

Mas, os estudantes e a comunidade do Norte do Paraná, resistem a tudo e a todos, dando lições de democracia e espírito cívico. Eles sabem que a Universidade é sua conquista; um ponto na grande trajetória da educação superior do Norte do Paraná.

Esta crise que assolou a Universidade de Londrina, tem sua origem em seu nascedouro; seu desenvolvimento, em 1964, e 1968; e chega hoje dentro do processo geral da luta do povo

brasileiro que todos nós nacionalistas convictos temos defendido por entender ser esta a única solução para todos os males e sacrifícios por que passam a nossa gente.

Não é possível entender e conseguir liberdade e democracia sem a democratização do sistema de ensino. São lutas comuns que não podem ser desentrelaçadas; porque, afinal, ali se prepara parcela importante da "inteligência" nacional.

Não se constrói um País livre e democrático sem que o estudante seja ouvido e possa se expressar dentro de um clima de pura liberdade".

O Sr. Del Ciel - Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Valduga - Nobre Deputado, eu gostaria de ter um aparte.

O SR. JOSÉ TAVARES - Com o máximo prazer.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Valduga - O nobre Deputado sabe que tributo a Vossa Excelência, como adjudico também aqui aos Deputados Airton Cordeiro, Dácio Leonel, a mim e a Del Ciel, o empenho que tivemos no sentido de colocar um ponto convergente onde se pudesse por termo à greve que se instalava já por trinta e poucos dias. Entretanto, gostaria que o nobre Deputado me dissesse onde se pode detectar o ponto em que a Universidade rompeu aquele protocolo feito pelos Deputados da Comissão de Instrução Pública.

O SR. JOSÉ TAVARES - É essa a pergunta?

Acho que o ato público de protesto feito ontem em Londrina, pelos docentes e residentes do HU, é a melhor prova da insatisfação e do descumprimento daquilo que a Comissão estabeleceu.

(Discussões paralelas) (Tímpanos)

O SR. JOSÉ TAVARES - Concedo o aparte ao Deputado Del Ciel, que havia pedido.

O Sr. Del Ciel - Para encerrar, agradecendo a gentileza do eminente orador.

Ocorre, Deputado Tavares, que parece que a amnésia atinge alguns Parlamentares deste Poder. E nós estamos convocando uma reunião da CIP para logo após o encerramento da sessão plenária, quando então, detalhadamente, poderemos discutir e apontar o que diz respeito ao compromisso firmado junto à CIP, deste Poder.

Diria até mesmo, como Presidente desta Comissão de Instrução Pública, julgando merecer a consideração e o respeito de todos meus eminentes Pares do MDB e da ARENA, de que não nos permitiremos ser utilizados pelo Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina, de forma irresponsável, como a que pretendeu o então Reitor, José Carlos Pinotti, que no sábado próximo passado, ligou a nossa residência pedindo que oferecêssemos por escrito o posicionamento estabelecido pela Comissão, em Londrina, para que ele pudesse efetuar o pagamento dos docentes na segunda-feira próxima passada.

E assim nós procedemos, na condição de Presidente da Comissão de Instrução Pública. Não se atendendo o entendimento de todos os seus membros, mas com a condição de Presidente, oferecemos o documento que era solicitado pelo Magnífico Reitor para atender o argumento de que somente assim teria o respaldo legal para efetuar o pagamento dos docentes.

E não consideramos desrespeitado o termo assinado entre a CIP, como me considero agredido, traído pelo Magnífico Reitor.

Até o título já, acredito deixe de merecer o atual Reitor de Londrina, que faz mais papel de homem de picadeiro, do que de Reitor de Universidade.

O SR. JOSÉ TAVARES - Também me coloco na mesma posição de Vossa Excelência.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a liderança do MDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. NESTOR BAPTISTA - A liderança indica o Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Antes porém, anuncia com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Geraldo Batista Chaves, Prefeito de Céu Azul, que se faz acompanhar do Sr. Zeno Killing.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Em recentes notícias promovidas pelo planalto decisivo, o governo veiculou informes, reafirmando suas promissoras declarações, de intenções democratizantes.

Porém, entre a teoria e prática, muitos naufragos amargaram a morte, por terem sonhado com a calmaria dos mares.

Fatos históricos próximos têm demonstrado alguns casos de transição de regimes autoritários e por vezes até facistas, para o regime democrático, com larga repercussão em todo o mundo. E os exemplos mais notáveis, são a Grécia, Portugal e Espanha, cujo movimento de massas extrapolaram até os limites das pretensões sociais, sufocadas durante décadas e gerações.

No Brasil, Sr. Presidente, depois da Constituição de 67, e sua intermediação para o AI-5, chegou-se até a pensar em nova carta política, que refletisse as legítimas aspirações, evocações democráticas do povo brasileiro.

Mas os fatos comprovaram que a teoria na prática é muito diferente. Daí nos causar espanto e até comedida reação, quando o governo anuncia que, num regime democrático, o povo tem direito de saber o que fazer seus mandatários e os que fazem os seus mandatários.

Pronto. Começam então as dúvidas, pela simples análise do termo MANDATÁRIO, pois nele está implícita a indagação de legitimidade.

É um exagero falar-se em mandatos políticos e na permissão da crítica dos mandatários governamentais, quando vivemos em pleno estado arbitrário.

Se vivemos num clima de harmonia pré-concebida pelo estado de direito democrático, seria natural dizer-se que as camadas sociais se aglutinam em sindicatos e associações, sem pressão nem abuso de autoridade detentora do Poder, e com liberdade exercer o seu poder de livre pressão reivindicatória.

Mas depois do Ministro do Trabalho vir à televisão, didatizar aulas de legislação punitiva, de atitudes grevistas, é de se perguntar: o que pretende o Governo quando fala que a participação voluntária do público é indispensável à solução dos graves e dos grandes problemas nacionais?

Seria a de anestesiá-lo ainda mais o sufoco em que está a mergulhar a sociedade brasileira, porque nas sociedades abertas, as relações entre o Poder Público e a Nação delimitam-se pela regra geral de coerência, franqueza e sinceridade.

Nos regimes abertos, as franquias públicas, as regras jurídicas, as normas de conduta, são fixados pelo debate livre, pelo consenso das representações legitimamente investidas no poder e de poder para tal.

E assim, os cânones legais expressariam o próprio anseio da coletividade. E essas normas seriam respeitadas por governantes e governados. Daí, a nossa expectativa pois não temos, a bem da verdade, uma estrutura jurídica definida e ordeira, mas vivemos num estado tumultuário, com preceitos conflitantes onde só os governadores, onde só os governantes ditam normas, e os governados, a rigor, são impostas uma conduta e um comportamento previsto na lei.

Se tivéssemos já alguma definição concreta para unificar a Nação, o Congresso já estaria se mobilizando como um todo, na busca da reformulação global da carta política que definisse os anseios nacionais. É que nela se expressaria a espinha dorsal de todas as leis, de quaisquer países, onde se pretende seja democrático e onde se preze os postulados verdadeiramente

democráticos. E as Constituições democráticas consagram, sem rodeios e com meridiana clareza, a liberdade de manifestação de pensamento, respondendo cada qual pelos abusos que cometer. Por isto mesmo, a interpretação e a indagação sobre o andamento dos negócios do Estado, são componentes do direito de saber e crítica, a dúvida, a discussão e o debate, são formas de exercício de liberdade de pensamento.

No entanto, Srs. Deputados, somos forçados a dizer que, embora hajam esparsas normas, normas de conduta, normas jurídicas permissivas desta forma de liberdade, na prática, há uma intimidação latente e até indisfarçada e, por vezes, pode-se afirmar, confessada auto-censura.

E não é só da imprensa e dos meios de comunicação. Isto é notório no próprio meio social e empresarial, o abuso do poder é exercido sem constrangimento, e por vezes, acintosamente, como por exemplo, ocorre com periódicos que, muitas vezes, não conseguem expressar a liberdade do seu pensamento e a liberdade de manifestação do próprio pensamento, passa a exercer, por força e pressão do poder econômico e do poder dominante, o pensamento dos detentores do Poder.

Fatos importantes na análise das relações Estado-Nação é a descrença em que está mergulhada a sociedade, para com os atuais Governantes. O Governo perdeu a credibilidade popular e se distancia, cada vez mais, dos governados; há uma profunda lacuna entre ambos, o divórcio está instalado e o abismo torna o atual regime inviável.

Em quase todos esses regimes ditatoriais, podemos dizer até regime de processo de deseducação do povo, observa-se a rutura da ordem autoritária, com a derrota militar que lhes davam respaldo e sustentação".

(Pausa) (Tímpanos).

O SR. JURANDIR MESSIAS (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicitaria da Mesa, principalmente de Vossa Excelência que tem dirigido os trabalhos desta Casa com a maior eficácia e maior imparcialidade possível, que pedisse aos Srs. Deputados que tomassem assentos, para que prestassem atenção ao pronunciamento da tribuna, do Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa atende questão de ordem levantada pelo nobre Deputado, e solicita aos Srs. Deputados que tomem seus devidos assentos, a fim de não ferir o Regimento Interno.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO Sr. Presidente, agradeço a interferência de Vossa Excelência, mas não peço nem rogo que ouçam este discurso, por certo sonolento, mas pelo menos, que me permitam usar do exercício, da liberdade e da prerrogativa de prosseguir.

"É que os componentes militares são igualmente partícipes da sociedade que, aos poucos, vão sofrendo a decadência e acabam por ruir também com a própria sociedade.

Ao lado desses fatos, observam-se que alguns países africanos e asiáticos, pularam de regimes coloniais opressivos para o estado socialista e até por vezes, autoritário. Só por vezes é que a Espanha faz essa transição de maneira diferente. E a espinha dorsal de regimes como este, fica preservada e com suporte nas Forças Armadas, porque houve uma consciência generalizada, tanto das Forças Militares como da sociedade em andamento. E esta ficou expressa e elucidada, pelos 10 anos que antecederam a queda do regime franquista.

No Brasil, quais seriam os efeitos decorrentes do atual regime, tendo em vista que os movimentos grevistas do ABC, dos congressos de professores, de médicos residentes, dos funcionários públicos do Estado de São Paulo, onde desembocaria toda essa problemática de reivindicações? Dependerá evidentemente, da evolução do quadro global.

E também da intenção dos objetivos das classes dominantes, embora a situação nos pareça confusa.

Mas, é incontestável que a pressão popular, a crítica da igreja, as lutas da classe média e o exercício incansável e perma-

nente da Oposição, representada por este glorioso chamado Partido Oposicionista, o MDB, que soube incorporar na sua luta todas as manifestações de descontentamento, o regime começou, devagar, a ceder.

Todavia, as ranhuras e brechas abertas no regime, pela frente de resistência, somada ao cansaço dos erros econômicos refletidos pela inflação e pela dívida externa, provindos de uma política elitista persistente e ambigüidades liberais, no centro das decisões, criaram aos poucos, condições adequadas para as mudanças extensionistas. Até aqui, porém, o Governo não tocou no essencial, embora haja um desafogo das terríveis represões, das torturas e censuras desmesuradas, criando, de certa forma, um pensamento novo constatado pelas greves contidas, mas não reprimidas.

Há, inevitavelmente, no ar, um perceptível processo de transição, no qual todos os democratas sérios, e bem intencionados e devotos, precisam usar da credibilidade de si mesmo e do poder de criatividade e de comportamento, para acelerar o parto da democracia.

É nesse ponto que, Fernando Henrique Cardoso, chama a atenção dos oposicionistas para a conscientização das múltiplas dificuldades e desafios que se impõem.

Não há mais o estilete do AI-5, mas o Governo dispõe de todo o instrumental de exceção herdado pelos caprichos da ditadura.

O Congresso, forjado pelos golpes do "pacote de abril", caído pelos mórbidos senadores biônicos, a persistência da Lei Falcão, que ainda mantém incólume a bandeira do aparelho da censura e do arbítrio. A lei da magistratura aprovada sobre os protestos dos próprios organismos da Justiça, provocando dezenas de aposentadorias e cadeias. Os presídios ainda lotados de presos políticos, milhares de exilados e desterrados, lutando pelo regresso; estatuto dos cassados; lei de segurança nacional, enfim, tudo por fazer ainda no plano da institucionalidade democrática.

Tudo que o Governo prega, fala e jura, interrompe-se, curva-se no muro da realidade institucional. Tudo depende dela, e aí o Governo joga e manobra, a seu bel-prazer, e sob promessas, ele ganha tempo sem quase nada explicitar. Fala de abertura, exibindo as chaves da ditadura e das ameaças.

Talvez acabe com os partidos, talvez prossiga com os atuais, Pode vir a prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, e provavelmente a sanção da dilatação dos períodos de direção dos dirigentes partidários. E a anistia? Tudo isto vem sendo anunciado sob a forma de dádiva, mas se todos ficarem bonzinhos...

O que o Governo quer é cozinhar o povo e as oposições em banho-maria, buscando desmoralizar a oposição partidária e legal, que é o MDB.

Semeia a descrença nas massas e apavora a Nação inteira com o flagelo da inflação que ele mesmo criou e incentiva.

Debita à crise do petróleo o insucesso administrativo e a incapacidade política. Mas não fala das divisas perdidas com a importação de milho, trigo, arroz, pipoca, carne, alpiste. Esquece-se da dívida externa, do exagero pródigo de Itaipu, dos BNHs, e das mordomias, apregoando arrocho orçamentário e creditício.

O Governo não tem poderes calcados em legitimidade para pôr, impor e dispor do País, dosando uma democracia especial e sob medidas convenientes a quem está no Poder.

Por isso, cabe à Oposição romper estas comportas, mas usando a inteligência, a tática oposta à utilizada pelo Governo. Ao invés do sigilo e do jogo escondido, clarear os horizontes da opinião pública.

Deve buscar contato com as bases e firmar-se no enraizamento da solidez e do rumo certo.

A classe política inteira flutua em espaços diferentes da sociedade, a qual começou os primeiros movimentos. Todo o

sistema político perdeu contato com as bases e estas só se manifestam em períodos eleitorais, e assim mesmo sob a energia da força e do poder econômico.

A sociedade deplora a classe política, desmoralizada e sem poder de decisão.

Cabe às lideranças empreenderem vôos largos, de ligação do poder com as massas, mas os setores políticos ficam acovardados e boquiabertos, tudo aceitando dócil e sonolentemente.

Por isso, aos partidos políticos caberiam alojar as correntes de pensamento para afirmar-se como agremiação, como força social.

Está instalada a transição, o desencontro, a busca das raízes para o renascimento, para o reencontro. Daí a necessidade da capacitação para o vir a ser, que está posto na razão direta do comportamento dos mais atentos.

Por isso, cabe-nos definir os rumos dessa transição para que os movimentos reivindicatórios dos profissionais, da universidade, da igreja e dos intelectuais, não se estiolem em si mesmos, sem qualquer proveito para a Nação.

É por tais razões que creio ser necessário ao MDB, nesta hora, se assumir e definir-se como partido popular e partido das reformas, tendo como suporte os assalariados, para transpor o mar revolto da transição".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Horário reservado à Arena, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O nobre Deputado José Tavares, da tribuna desta Casa, discorreu sobre algumas questões ligadas à Universidade Estadual de Londrina.

Imaginei pudesse estabelecer com Sua Excelência um diálogo, o mais liberal possível, para que toda a Casa tomasse conhecimento de posições firmadas e que foram firmadas mediante o consenso de 7 Srs. Deputados de ambos os partidos que integram a Comissão de Instrução Pública deste Poder Legislativo.

Chamou-me a atenção particularmente, a denúncia do nobre Deputado, de que a Reitoria da Universidade Estadual de Londrina não está cumprindo os princípios firmados pela Comissão de Instrução Pública, em reunião realizada no recinto da Câmara Municipal de Londrina.

Preocupado simplesmente em assumir uma posição de absoluta ponderação, de absoluta imparcialidade, de tranquilidade que são traços característicos que tenho procurado colocar em todas as minhas ações nesta Casa. Tentei, em vão, provocar o debate com o nobre Deputado José Tavares.

Lamentavelmente ouvi de Sua Excelência, que o tempo era escasso e que seu pronunciamento precisava ser concluído, como se não tivéssemos também, a responsabilidade de prestar todos os esclarecimentos a todos os Srs. Deputados e à opinião pública do Paraná.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. AIRTON CORDEIRO — Mais tarde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi, em aparte, o nobre Deputado Antônio Del Ciel denunciando parlamentares desta Casa, de acometidos de amnésia. E sou obrigado a entender que Sua Excelência, ao fazer aquela afirmação, apresentava seu auto-retrato diante dos Srs. Deputados.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei o aparte a Vossa Excelência. Peço apenas que possa concluir meu raciocínio. Preocupou-me de tal forma a denúncia do Deputado José Tavares, que não tive outra intenção, ao solicitar o aparte, senão buscar o esclarecimento.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — E pedi a Sua Excelência que me

localizasse os pontos que estão sendo descumpridos . . . (Vários Deputados solicitam aparte.) (Soam os tímpanos)

. . . não de uma imposição à Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, mas os pontos que foram firmados pela Comissão de Instrução Pública, posição dos Srs. Deputados, quando muito, com o caráter de recomendação, porque este documento não foi assinado pelas partes conflitantes.

(Vários Deputados solicitam aparte)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa assegura a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente. Continuando, o documento firmado na reunião realizada no dia 09 de maio, em Londrina, pela CIP, tem assinatura de 7 Srs. Deputados presentes àquela reunião.

(Intervenção de vários Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente. O Sr. José Tavares — Concedo dois apartes a Vossa Excelência, e pediria um aparte apenas para dialogar com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa apela aos Srs. Deputados, está com a palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Questão de Ordem) Sr. Presidente, pedi uma Questão de Ordem e ela não me foi concedida.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não vê, nobre Deputado, lamenta, mas não vê o Regimento Interno ferido, para a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, apenas para requerer de Vossa Excelência, que sejam descontados os minutos que estão sendo interrompidos pelo Deputado José Tavares, que sejam descontados do tempo que compete ao Deputado que está na tribuna, Deputado Airton Cordeiro.

O SR. JOSÉ TAVARES — Concedi dois apartes ao Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente.

Continuando, na reunião feita no dia 9 último, em Londrina, estiveram presentes representantes dos docentes, dos residentes e dos estudantes, e discutimos no maior clima de liberdade e de entendimento.

O Sr. José Tavares — Só que Vossa Excelência defendia, intransigentemente, a Reitoria.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa faz um apelo ao ilustre Deputado José Tavares, que se atenha ao Regimento Interno, e concede a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, eu gostaria de, regimentalmente, se Vossa Excelência me permite . . .

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não vê o Regimento ferido, nobre Deputado.

Está com a palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. JOSÉ TAVARES — Mas, Sr. Presidente, o Deputado Airton Cordeiro fez uma afirmação e sobre o que eu tenho; um documento em mãos, e sobre isto, gostaria apenas de dialogar com o nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência terá oportunidade.

Este, Sr. Presidente, é um dos males do momento atual brasileiro, o diálogo só pode ser quando a iniciativa é da Oposição.

O Sr. José Tavares — Mas Vossa Excelência falou duas vezes, concedi duas vezes apartes a Vossa Excelência, que não me concede.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Tentamos provocar o diálogo e Vossa Excelência negou-se.

O Sr. José Tavares — É que a verdade machuca, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) (Fazendo soar os tímpanos). A Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Mas, Sr. Presidente, continuando, gostaria de ter ouvido, do nobre Deputado José Tavares, os pontos que estão sendo levantados como duvidosos . . .

O Sr. José Tavares — Se Vossa Excelência permitir, esclarecerei.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei o aparte a Vossa Excelência.

Peço-lhe apenas um pouco de paciência, a mesma paciência que eu tive quando lhe solicitei o aparte.

Gostaria de ter ouvido, já anteriormente, os pontos que entende o nobre Deputado, estão sendo desrespeitados pela Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, e, como pretendendo respondê-los um a um, com a consciência absolutamente tranqüila, de quem tem participado em todos os episódios envolvendo esta Casa na crise da Universidade de Londrina, me coloco à disposição do Deputado José Tavares, para prestar a Sua Excelência, todos os esclarecimentos, democraticamente, sem avocar a mim, a responsabilidade de querer ser ou de pretender ser, o intérprete e o porta-voz de posições firmadas, não individualmente por um Deputado, mas sim, por 7 Deputados da CIP.

Concedo o aparte ao nobre Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Em primeiro lugar, Deputado Airtton Cordeiro, concedi dois apartes a Vossa Excelência, e tive a franqueza de dizer que não mais poderia conceder apartes, porque era de minha intenção, como é da intenção de qualquer Parlamentar, de concluir seu pensamento.

Vossa Excelência teve toda liberdade, dialogamos, conversamos . . .

O SR. AIRTON CORDEIRO — Perdoe-me, nobre Deputado, mas não me dei por satisfeito.

O Sr. José Tavares — Quando Vossa Excelência indagou de mim quais os pontos em que a Reitoria descumpriu o acordo firmado entre a Comissão de Instrução Pública e os docentes, disse a Vossa Excelência que um dos pontos que ela descumpriu - e volto a repetir - foi, quando no item terceiro diz o seguinte: "manifestar a convicção de que as relações dos estudantes e residentes, com a Universidade, sejam normalizadas sem qualquer prejuízo de aproveitamento curricular do ano letivo de 1979, mediante a adoção das medidas administrativas, necessárias, para compatibilizar a carga horária de aulas com o tempo físico ainda disponível".

Então, quero informar a Vossa Excelência, que reside em Curitiba e não em Londrina, portanto não está vivendo o dia-a-dia do drama dos estudantes, estudantes médicos de Londrina, que vários estudantes já perderam o ano, Deputado. Vários estudantes foram reprovados, filhos de famílias pobres, que estudam com sacrifício, pagando uma mensalidade exorbitante e já foram reprovados.

Eu, como filho de família pobre, que sofri para me formar, sei o que isso custa para um aluno que enfrenta uma universidade.

Esse acordo foi descumprido, e é por isso e por outras razões, como aquela que afirmei, grave, esta afirmação do sumiço dos prontuários do HU de Londrina, que não foram colocados à disposição dos médicos demitidos e depois readmitidos.

Eles chegavam no local de trabalho, vinham pacientes. Cadê o prontuário? "É doutor, o prontuário está na Reitoria". "Vá buscá-lo". A ordem era para não mandar o prontuário à Reitoria, e o médico não podia atender o paciente.

Inúmeros casos como estes estão acontecendo. E é por isso, eminente Deputado Airtton Cordeiro, que venho aqui deixar o meu protesto, porque a Reitoria não vem cumprindo com aquilo que ficou estabelecido no documento.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte que Vossa

Excelência oferece a este meu pronunciamento, mas lembro-lhe, de que quando a Comissão firmou uma posição, no documento do dia 9 do mês de maio último, e particularmente no item terceiro mencionado por Vossa Excelência, aqui está muito claro o fecho deste item: "mediante a adoção das medidas administrativas necessárias para compatibilizar a carga horária de aulas com o tempo físico disponível".

O ano não chegou sequer à metade, ou será que o nobre Deputado já sabe que a Reitoria não vai tentar cumprir essa recomendação?

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite que eu esclareça?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência gostaria que a Reitoria da Universidade de Londrina, ato contínuo à divulgação desse documento, adotasse já todas as medidas que requerem curto e médio prazo, ou Vossa Excelência acredita que não haverá tempo de fazer essa compatibilização necessária?

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência está vivendo o problema com base naquilo que eu falei.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao orador que tem um minuto para concluir.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Se me permite o Deputado José Tavares, Vossa Excelência incorre novamente num erro de enfoque . . .

O Sr. Del Ciel — O eminente Deputado me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — . . . enfoque ao entender os Deputados com assento nesta Casa, como representantes exclusivos de municípios e de comunidades, como se estivessem aqui a representar castas políticas.

Nós somos Deputados do Paraná, e esquece mais Vossa Excelência, que o Paraná tem uma posição em comunicações de liderança nacional.

As comunicações são instantâneas. Já superamos a época do carro-de-boi, em que as informações demoravam para chegar.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Demoravam para chegar à sua origem.

Então, Vossa Excelência ignora, inclusive a realidade social deste Estado, além de ignorar, lamentavelmente, o papel que cada Deputado deve exercer aqui neste plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao Deputado, que o seu tempo está esgotado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente . . .

O Sr. Del Ciel — Trinta segundos, Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — . . . voltarei a abordar este tema, porque tenho consciência do papel que estamos representando, não colocando, em momento nenhum, posições político-partidárias, e não nos preocupando em nos servir, eleitoralmente, desta gente que hoje está na iminência de decretar uma nova greve, em Londrina.

Lamentavelmente, Vossa Excelência. . . (ininteligível, em virtude da interferência de diversos Srs. Deputados) — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Vereador Blamir Bortolo, da cidade de Guaraniaçu.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. DEL CIEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, tão somente para solicitar minha inscrição para falar em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/79, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante d'Oeste, no Município de Matelândia, com divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em regime de urgência. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/79, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que eleva para 15 (quinze), o número de cadeiras na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, para a próxima Legislatura. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em regime de urgência. - **Aprovado, artigo por artigo.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 65/79, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 161/77, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, com fundamento no que dispõe o parágrafo 3º do Art. 102 da Emenda Constitucional n.º 1, de 17/10/69, altera o disposto no Art. 130 da Lei n.º 6174, de 16/11/70. Com parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 161/77, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se (Pausa). 16 Srs. Deputados aprovam; 20 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, com o apoio dos Srs. Deputados João Mansur e Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Federação das Indústrias do Estado do Paraná e aos homenageados com a "Medalha do Mérito Industrial". **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro das Minas e Energia, e aos Srs. Vereadores Francisco Augusto Kaminski e Adir Gonçalves Pereira, pelo trabalho que vêm desenvolvendo desde longa data, junto aos Poderes competentes, a fim de que os mesmos dêem o incentivo necessário à produção do xisto bituminoso na região de São Mateus do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Padre Ladislau Bienarski, pela sua Ordenação Episcopal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente à Direção Geral do Banco do Estado do Paraná S/A, visando a instalação de uma agência do referido Banco no Distrito de Diamante, Município de Matelândia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre a aquisição de imóvel situado no Centro Cívico, de propriedade da Companhia Estearina Paranaense. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente.

O estado representa todo o conjunto de bens de pessoas, de cultura, de vocações, que, num determinado território, existe delineado por uma jurisdição legal.

"O Estado do Paraná", jornal de grande circulação nacional, ainda no ano passado, ou melhor, em 77, no dia 30 de janeiro, fez uma indagação a respeito de uma área que o Governo teria adquirido no valor de 26 milhões, 476 mil e 677 cruzeiros, da Companhia Estearina Paranaense. E coloca ao conhecimento e ao domínio público, determinadas indagações que ao Parlamento, nos parece viável ser esclarecida.

Primeiro, porque ao Parlamento incumbe o dever de fiscalizar, incumbe o dever de observar todos os atos do Governo e toda a forma empregada na administração pública. Como se trata, Sr. Presidente, de matéria relativa ao erário público e à destinação de recursos públicos, nos parece ser de grande relevância que o Governo esclareça a esta Casa, as informações trazidas à colação do requerimento encaminhado.

E a razão não é outra, Sr. Presidente, senão a de esclarecer a verdadeira destinação que é dada aos recursos carreados para o Tesouro e de como usar estes recursos, para o que usar estes recursos e por que usar estes recursos?

É verdade que o Parlamento, hoje, está dividido em suas posições fundamentalmente e diametralmente opostas, a posição situacionista e a posição antagônica e que, data vênica, e com o devido respeito, representa a maior parcela de perguntas que se fazem no meio da sociedade, e que são canalizadas, através do Parlamento, pelos oposicionistas.

Não é com objetivos diferentes e visando alcançar quem quer que seja, quero deixar claro aqui, mas indaga-se do Governo do Estado estas perguntas formuladas para se saber, efetivamente, Sr. Presidente, de que forma está sendo usado o dinheiro do povo, carreado de forma impositiva, numa das mais difíceis épocas para a sociedade organizada, o dinheiro dos impostos.

E é justamente por isso que nos acudiu a intenção de indagar do Governo, qual o preço da aquisição deste imóvel? Se foi autorizada a compra através de um despacho? Qual a área pertencente ao Estado? Afinal, qual era a situação anterior e a situação atual? E os atos que mediaram entre uma e outra?

É este o sentido do requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, nós estamos prestando atenção ao encaminhamento de votação feito pelo nobre colega Deputado Fidelcino Tolentino, autor do requerimento, e nem de longe, é verdade, não queremos atribuir a Sua Excelência que ele pretende atingir quem quer que seja com seu requerimento, está exercitando o papel de Oposição neste Parlamento, que é a fiscalização da aplicação do dinheiro público.

Efetivamente, nós achamos, foi muito justo e até inerente à condição de Deputado da Oposição.

Todavia, a bancada da Arena nesta Casa, e não é a bancada do Governo, é a bancada da Arena, resolveu rejeitar o requerimento, baseado na própria argumentação do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que a 30 de janeiro de 1977, quando o jornal "O Estado do Paraná" citado por Sua Excelência, da tribuna, publicou a matéria; ele já era Deputado, representante da Oposição neste Poder, e silenciou na época, devida e oportunamente certa, E por acharmos que o assunto já transitou e que o

imóvel teve a destinação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, artigo 97.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta mas não vê com base no Art. 97 do Regimento Interno ferido. Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas, Sr. Presidente, na época, não se encontra - e eu tive o cuidado de verificar os Anais da Casa, ter sido encaminhado pedido de informações, na época certa, precisa. E não me consta ter havido, na oportunidade, expediente desta natureza, do Deputado Fidelcino Tolentino.

A bancada da Arena votará contrariamente ao requerimento. Todavia, traremos a esta Casa, embora alguns Srs. Deputados da Oposição não aceitem este procedimento, mas traremos a esta Casa todas as informações solicitadas, que possam esclarecer devidamente as transações feitas por um Governador que honrou o seu mandato.

O Governador Jayme Canet Júnior, além de ter sido um dos maiores administradores do Estado do Paraná, foi um Governador em cujo Governo jamais se teve notícias de um escândalo, de um ato de corrupção, que não fosse devidamente punido pelo Chefe do Executivo.

Portanto, as informações virão, serão prestadas da tribuna deste plenário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lembro-me perfeitamente quando na legislatura passada, o Deputado Fidelcino Tolentino veio à tribuna nesta Casa, e naquela oportunidade, demonstrou sua preocupação com relação a esta desapropriação.

Não tenho certeza se na oportunidade o Deputado Erondy Silvério já havia assumido o seu mandato; todavia, meu caro amigo Deputado Erondy Silvério, é de bom alvitre entender que Sua Excelência o Governador do Estado tinha afirmado e dito que todas as informações que esta Casa possa mandar ao Executivo, serão bem recebidas. E esta Casa terá as informações solicitadas e necessárias.

Razão pela qual, Sr. Presidente, confiando nas palavras do Líder da Arena naquela oportunidade, e mais ainda, na boa vontade do Deputado Fidelcino Tolentino, queria saber daquela área da Companhia Estearina, localizada no Centro Cívico. Porque tenho certeza, que estas informações chegarão à Casa, brevemente. Razão pela qual não teremos, Sr. Presidente, aqui, de cobrar de sua Excelência o Líder da Arena. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, ouvi atentamente as palavras do Líder da Arena, e volto até para repetir o que já se disse aqui, dias atrás, no sentido de sempre apelar, porque na qualidade de Deputado e fiscais, nós temos que realmente usar das nossas atribuições.

E ainda, Sr. Líder, que tenha ocorrido em 1977, ou no início de 1977, tal negociação, eu acredito que até o atual Governador gostaria de esclarecer perfeitamente o que está ocorrendo, porque graças a esta passagem, que nós temos que deixar um Governo para outro, ou de um Governo contrair uma dívida transferindo sempre para o futuro, ou de realizar determinada negociação para que o sucessor venha a resolver o problema.

E permitam-me reportar ao problema sério no nosso DETRAN, onde o Juiz da Vara de Trânsito, denuncia que alguns problemas vêm há 10 anos sendo transferidos. Por que? Cada Diretor transfere para seu sucessor a solução. E este problema abordado pelo Deputado Fidelcino Tolentino merece a maior consideração por parte da bancada da Arena, no sentido de que seja aprovado e possa o Governador se posicionar e esclarecer o que foi feito pelo governo anterior. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — Rejeitado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se (Pausa).

16 Srs. Deputados aprovam; 23 rejeitam. — **Rejeitado** Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilton Friedrich, Waldyr Pugliesi, Renato Bernardi, Darcy Deitos, Nestor Baptista, e Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de solidariedade aos estudantes brasileiros, pela realização em Salvador-BA, do XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e aplausos ao jornal "Correio de Notícias", pela passagem do segundo ano de fundação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, visando a instalação de uma agência da referida empresa no Distrito de Missal, Município de Medianeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento da estrada que liga o Distrito Administrativo e Judiciário de Missal, ao Município de Medianeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, visando a instalação de um Posto Auxiliar de Rendas, no Distrito Administrativo e Judiciário de Missal, Município de Medianeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, pelo movimento reivindicatório de melhores condições de trabalho e elevação de nível salarial. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Vereador João Baptista Alberto Gnoato, pela sua empolgante luta em defesa da nossa ecologia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a ampliação e o asfaltamento do aeroporto do Município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um Posto de Serviço no Distrito de Piquirivai, Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de se efetuarem estudos para a estadualização do Ensino de 2.º Grau, no Município de Iretama. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que informe a situação dos

registros de diplomas das formandas da Escola Normal Colegial de Araruna, extensão de Peabiru. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do D.E.R., encarecendo-lhes a ligação da estrada Toledo a Nova Aurora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do Banco do Brasil S/A., sugerindo-lhe a instalação de um estabelecimento de crédito em Cafelândia, para atender a COPACOL. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes a diversas autoridades, contendo apoio total e irrestrito para a indicação do Doutor Vicente da Silva, para Juiz Classista. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Instituto Geográfico de Estudos, Pesquisas e Planejamentos, pela promoção da II Semana do Geógrafo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade e apoio à recém criada Cooperativa dos Produtores de Mandioca do Oeste do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL (Para Explicações Pessoais). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não nos foi possível apartear o eminente Deputado Airton Cordeiro, no Grande Expediente, da sessão de hoje.

E esta é a razão de nossa presença, na tribuna, neste instante.

Felizmente, a carapuça serviu, e vestiu por inteiro, ao eminente Deputado Airton Cordeiro, quando alertávamos à Casa de que a amnésia poderia estar acometendo alguns dos eminentes Pares deste Poder.

É verdade que é preciso ousar, mas nunca abusar, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados. Ocupamos a Presidência da Comissão de Instrução Pública desta Casa, em função de entendimento das Lideranças das bancadas do MDB e da ARENA, mas para desempenhar a função com liberdade e independência. E não permitiremos intromissões indevidas e uso abusivo de eminentes Pares desta Casa, para, num vedetismo inconsciente, provocar prejuízos de grande ordem à Educação do Estado do Paraná, e no episódio em foco, à Universidade Estadual de Londrina.

Que me perdoe o eminente Deputado Airton Cordeiro pela franqueza e pela sinceridade que me induz a retratar a realidade do encontro da Comissão de Instrução Pública, na cidade de Londrina. Recebemos, com muita alegria, com muita felicidade, a todos os eminentes Deputados do MDB e da ARENA, para aquele encontro histórico que haveria de colocar um ponto final na crise da Universidade Estadual de Londrina.

Mas, teve o Deputado Airton Cordeiro, medo e temor de que se efetivasse uma reunião pública, como a programada para aquela tarde, porque lá estavam presentes dezenas e dezenas de docentes, médicos da Universidade Estadual de Londrina, médicos residentes e estudantes. E, infelizmente, acovardado, o mentiroso e falso Reitor da Universidade de Londrina, não compareceu àquele encontro, chegando a afirmar, posteriormente, que não havia sido convidado para aquela reunião.

Convite que lhe formulamos — apesar de telefonicamente — como Presidente da Comissão de Instrução Pública.

Nós o convidamos em termos oficiais, pedindo-lhe que estendesse aquele convite, aos Conselheiros da Universidade Estadual de Londrina. Mas entenderam, os eminentes Deputados, com o que concordamos, que, deveriam manter contatos antecipados àquela reunião, com o Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina, e este encontro foi mantido, como anunciado pela imprensa, na casa do eminente Deputado Ruben Valduga.

Foi-nos trazida a Portaria solicitada, e o Reitor não compareceu então à reunião da Comissão de Instrução Pública desta Casa.

Mas não podemos, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, aceitar que, com pele de cordeiro nos firmam e nos atinjam, com o veneno da cascavel, abusando da condição de magistrado que temos procurado manter na condução dos trabalhos, na Comissão de Instrução Pública desta Casa.

Não falseamos a verdade. Procuramos, até este instante, nos manter numa postura, mesmo sentindo que o eminente Deputado estaria utilizando a imprensa, da forma como desejava, para mal informar ao Paraná e ao Brasil, da verdadeira situação da crise na Universidade Estadual de Londrina.

Infelizmente, o Deputado Airton Cordeiro não conhece por inteiro a vergonha da vida universitária em nossa cidade; infelizmente, o Deputado Airton Cordeiro não tem condições para falar, de cátedra, como os Deputados que vivem Londrina, os Deputados da nossa cidade, da nossa região. Efetivamente, aqui não somos Vereadores Estaduais como pretende até mesmo a ditadura deste País, implantar, em nossa Nação, a criação da figura do Vereador Estadual, com o voto distrital, pretensão do Partido do Governo, do eminente Deputado Airton Cordeiro. Nós vimos nascer a Universidade Estadual de Londrina e estamos vivendo o seu drama e a sua crise, e, estivesse, a Reitoria, preocupada em dar soluções aos problemas, não estaria, ela, incitando diariamente, os docentes e médicos residentes, a entrarem em greve, na Universidade de Londrina!

Já o acusei de Reitor mentiroso e falso!

Ele está tentando, inclusive, enganar a opinião pública de Londrina e do Norte do Paraná, fazendo apelos seguidos aos médicos, para que não deixem de atender os doentes, para que não entrem em greve, quando todos nós sabemos que, mesmo em greve, os médicos docentes da Universidade Estadual de Londrina não procrastinaram os atendimentos no Hospital Universitário, porque têm brio, vergonha e respeito à ética da sua atividade, da sua profissão.

Tenho comigo e hoje apresentarei na reunião da Comissão de Instrução Pública, o relatório das atividades dos docentes grevistas da Universidade Estadual de Londrina e, haveria necessidade e vamos tentar fazer, isto sim, levantar o trabalho dos Docentes que formam o "cordão dos puxa-sacos", num número irrisório, reduzido, que permaneceram em atividades, aplaudindo o bem mandado Reitor da Universidade Estadual de Londrina, que faz o que quer ao Oscar Alves atual Secretário da Saúde do Estado, que quer ter a nossa Universidade como um seu bem particular, que quer continuar, indiretamente, administrando a Universidade Estadual de Londrina como se fosse ela uma sua fazenda, botando lá um fiscal para atender à sua vontade, à sua solicitação e não sei se de inocente útil ou com objetivos políticos, eminente Deputado Airton Cordeiro, e nunca em meus cinco anos de atividade nesta Casa vim a esta tribuna para diretamente me dirigir ao eminente Deputado nestes termos, mas considerando que o eminente Deputado vestiu e vestiu bem a carapuça, a amnésia e retribuiu a este Deputado, então me julgo no direito de, sem ferir a ética parlamentar, trazer aqui a esta tribuna, a minha verdade. É preciso ousar. Foi manchete de jornal, e o ousado era o eminente Deputado Airton Cordeiro que, como santo milagroso, parecia estar a dar solução a um problema da nossa cidade, da nossa

Universidade, quando na verdade, o eminente Deputado estava servindo ao Governo e a Oscar Alves, alimentando a crise vigente naquela Casa educacional que todos nós amamos.

O Sr. Valduga — V. Ex.^a me permite um aparte? (**Assentimento**)

Eu aqui quero fazer a defesa do Deputado Airton Cordeiro que, até por educação, ele não deve fazer.

Acho que o nobre colega, com o devido respeito, com o profundo respeito, está sendo um pouco injusto. Eu, conquanto não seja membro da comissão, mas por interesse das coisas que ocorrem em Londrina, cidade que me deu a condição de por ela falar, dado os votos que lá tive, eu compareci aos atos iniciais e ao ato final, acompanhando em toda a sua inteireza.

O Deputado Airton Cordeiro teve efetivamente e não foi um momento de desvario: e nem uma atitude promocional. Ele teve efetivamente uma participação decisiva no desfecho final, no desfecho final — por quê? — e durante todos os trabalhos da Comissão que compareci, inclusive, ficando aqui sete horas, ele teve uma participação preponderante e importante, e assim como tem Vossa Excelência. Não se tirem os méritos de quem procurou trabalhar com empenho, com entusiasmo, com seriedade, para um resultado que conseguimos, graças ao esforço de todos os membros da Comissão, mas é notório e até os próprios membros do Partido da Oposição que participam daquela Comissão, não podem negar importância desse Deputado.

Tem mais uma coisa que eu quero deixar bem claro ao nobre colega que diz que por várias vezes, o Reitor se omitiu à reunião. Ele não se omitiu. Ele, ao contrário, não quis entrar no picadeiro que o MDB estava preparando. Ele teve a grandeza de mandar por antecipação, a renúncia de seus propósitos e isso é muito importante. Não se falte com a verdade, companheiro. Eu não quero me imiscuir nesse problema, porque já deu florzinha, mas companheiro e colega, saiba disso, não por termos a luta, mas porque realmente isso é um terreno pegajoso, que não traz os resultados que pretendem ao benefício da cultura, de que pretende o nobre colega.

O Reitor não se omitiu. A nosso pedido, a pedido dos parlamentares da ARENA, fomos lá exercendo obviamente uma posição partidária, pedimos a ele que incondicionalmente, antes da reunião, entregasse uma carta restaurando as condições dos grevistas e foi o que ele fez. A partir desse documento é que houve a reconciliação.

O Sr. Jurandir Messias — Peço um aparte.

O SR. DEL CIEL — Em seguida, Deputado. Permita-me que responda a seu companheiro de bancada.

O MDB, esta Casa, este Poder, e a nossa Comissão de Instrução Pública não promoveu nenhum espetáculo em Londrina em picadeiro e lembro-me bem que a única figura que fantasiada lá se apresentava, era o eminente Deputado, que, sem pertencer à Comissão participou dos trabalhos da Comissão de Instrução Pública realizada na Câmara Municipal de Londrina.

Se havia um picadeiro, o artista era um só.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta informar ao Deputado. Ela não vê o Regimento Interno ferido, por uma questão de ordem.

Com a palavra o nobre Deputado que se encontra na tribuna.

A Mesa informa ao Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DEL CIEL — Eu requeiro os quinze minutos...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e Vossa Excelência tem mais quinze minutos para uso da tribuna.

O SR. DEL CIEL — Para me permitir, fornecer e atender com apartes aos eminentes Deputados de ambas as bancadas.

Mas, isto posto, Sr. Presidente, e sem nunca ter levantado qualquer dúvida quanto aos bons propósitos do artista, ou melhor dizendo, do Deputado Ruben Valduga, apesar de sua

condição de cunhado do ex-magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Secretário da Saúde...

O Sr. Valduga — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. DEL CIEL — Em seguida eminente Deputado e permita que eu responda posteriormente, com muito prazer, o atenderemos novamente; atendendo, dando prioridade aos aparteantes que solicitam, voltaremos a Vossa Excelência.

E para se fazer justiça, Sr. Presidente, nós não condenamos o trabalho e a dedicação do eminente Deputado Airton Cordeiro; nós somente dissemos que os fatos e as informações foram distorcidas, porque nunca vi se desempenhar uma atividade, um trabalho, tão defensivo com tanta habilidade, com tanta magnitude, com tanta capacidade, atender a todos os interesses do Governo do Estado do Paraná; do ex-Reitor Oscar Alves. Realmente, para um parlamentar do Partido Situcionista, se para lá foi predestinado a desempenhar uma missão de defender o interesse dos poderosos, o eminente Deputado Airton Cordeiro, cumpriu, por inteiro, com a sua missão. E honrou e valorizou, sim, o trabalho, devo registrar nesta Casa, o trabalho da Comissão de Instrução Pública, porque não o considero um homem incapaz, não; o tenho como um dos eminentes valores, desta Casa e, é por isto só que estamos aqui, nesta tribuna, para responder ao ilustre Deputado. Se assim não fosse, não prenderíamos os demais Deputados, não ocuparíamos o precioso tempo, deste Poder, ocupando esta tribuna. Mas, era muito importante que se colocassem os pingos nos "is" e, que, publicamente, anunciasse que continuaríamos desempenhando a nossa missão de Presidente da Comissão de Instrução Pública, missão esta que recebemos com o prestigiamento dos eminentes Deputados que dela participam, mas, que recebemos como missão e, como obrigação, através da liderança da nossa bancada, mas com independência e lutando para ter condições de lá permanecer atuando na condição de magistrado; mas, não permitiríamos a deturpação dos fatos e das informações. O Reitor da Universidade Estadual de Londrina, se antes tentava iludir e enganar a opinião pública da minha terra, se tentou enganar como enganou e iludiu os médicos docentes da Fundação Universidade Estadual de Londrina, como enganou os médicos residentes e estudantes, como policiaismente, militarmente invadiu as sedes dos Diretórios Centrais, cassou, como ditador, o mandato de estudantes, de líderes estudantis em nossa terra; exterminou com a política estudantil na Universidade Estadual de Londrina, ele também faltou com a verdade com este Deputado, não como Deputado do MDB, mas como Presidente da Comissão de Instrução Pública, desta Casa, e para que eu continue a ocupar este cargo, para que esta Comissão possa ter a sua honra assegurada, não poderia deixar de denunciar que o Sr. Reitor, mentirosamente, falsamente, com objetivos escusos, talvez, nos tenha feito telefonema no sábado próximo passado e me apelou, como apela à comunidade de Londrina, indagando face à reunião, que mantinha com os coordenadores dos vários cursos e dos médicos docentes, interessados na crise da Universidade Estadual de Londrina, fazendo um apelo a este Deputado, que como Presidente da Comissão de Instrução Pública, lhe desse um instrumento que lhe permitisse pagar os docentes da Universidade Estadual de Londrina.

E nós, a não ser que se prove o contrário, com segurança e tranquilidade, produzimos o documento porque a solicitação do Reitor se prendia justamente ao item que foi mais debatido com o eminente Deputado Airton Cordeiro, que motivou a retirada do Dr. José Carlos Guitti, da reunião que, educamente, finalmente, respeitando ao eminente Deputado, para com ele não manter um debate mais acalorado, porque o Deputado dizia, naquela oportunidade, que se julgaria até desrespeitado e ofendido, se continuasse aquele docente, a insistir que se especificasse que a Universidade efetuará o pagamento dos docentes.

Pois, ali, estava cristalinamente estabelecido que os docentes não seriam punidos. E pudemos inclusive ouvir, pareceres do

eminente Deputado que falava na oportunidade como Advogado, Rubem Valduga, trazendo luzes naquele encontro da Comissão de Instrução Pública. Então com segurança e tranqüilidade, encaminhei o documento solicitado pelo Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina, e a continuidade da história poderá somente ser confirmada na reunião da nossa Comissão Técnica. Porque consta, eminente Deputado, que o Reitor, posteriormente, tendo atendido sua solicitação, fez contato com vários Deputados desta Casa, pretendendo obter um documento que contradísse a carta que lhe encaminhamos, atendendo a traiçoeira solicitação do irresponsável, do incapaz, do incompetente, do falso e do mentiroso, Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

O Sr. José Tavares — Permite um aparte, Sr. Deputado?

O SR. DEL CIEL — Peço ao Deputado José Tavares que me permita atender ao eminente Deputado Jurandir Messias. Tem Vossa Excelência o aparte.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Del Ciel.

Apenas para colocar alguns reparos ao vosso pronunciamento: primeiro, quero deixar bem claro que aprendi muita coisa nesta Casa, com Vossa Excelência, durante tantos anos que convivemos juntos. E me é estranha a sua posição, a sua atitude, o seu gesto nesta tarde, que se inscreve para Explicações Pessoais, para tratar de um assunto que, entendemos, não tendo eu procuração para defender o Deputado Airton Cordeiro, mas que se pretende, através de Vossa Excelência e do Deputado José Tavares, responsabilizar pelos acontecimentos, ou por parte dos acontecimentos, o eminente Deputado Airton Cordeiro.

Mas quero, Deputado Del Ciel, dizer a Vossa Excelência que com esses debates acalorados, com essas maneiras que hoje teve início nesta Casa, poderá inclusive, perdermos a condição do diálogo e partirmos para o monólogo. Isso, tenho certeza, prejudicaria em muito, a situação da Universidade de Londrina. Nós, Sr. Deputado, que fomos a Londrina e que não nos reunimos com os membros da Comissão de Instrução Pública, que fizemos uma reunião em caráter excepcional, nos reunindo em Londrina com elementos credenciados do corpo docente, com elementos credenciados dos residentes, os médicos residentes, o Deputado Airton Cordeiro, naquela oportunidade, que Vossa Excelência presidia e, diga-se de passagem, com brilhantismo, com eficácia e com imparcialidade, principalmente, aquela reunião e as outras procedidas por esta Comissão, naquela oportunidade, o Deputado Airton Cordeiro, Sr. Deputado Del Ciel, deu não aos docentes, não à Universidade de Londrina, não aos alunos, e não aos residentes de Londrina, mas deu a nós, Parlamentares, a nós componentes daquela Comissão, uma verdadeira aula de democracia. Porque o Deputado Airton Cordeiro se conduziu como um dos membros daquela Comissão, em altos termos democráticos, para que se chegasse a um denominador, para que se chegasse a um entendimento, para que se pusesse um ponto final naquela crise na Universidade de Londrina.

O Deputado Airton Cordeiro, quero deixar bem claro, Deputado Del Ciel, foi inegavelmente o ponto de partida, foi dele que nasceram as melhores sugestões, as melhores idéias, mas se acatou, Deputado Del Ciel, ao final daquela reunião, uma proposição feita por um Deputado da Oposição, pelo Deputado Renato Bernardi. Foi aceita, foi acatada e foi aprovada a proposição oferecida pelo Deputado Renato Bernardi.

E foi aquela que foi transcrita, que foi feito um relatório que Vossa Excelência tem e que talvez o Plenário, os Srs. Deputados não tenham conhecimento do que ficou escrito e que consta neste relatório. Vossa Excelência vem hoje, me surpreende e eu fico até a pensar da sua maneira, de como Vossa Excelência modificou sua maneira de agir nesta Casa, usando de termos até anti-parlamentares, chamando o Reitor da Universidade de mentiroso, de hipócrita e de coisas assim.

Eu, Deputado Del Ciel, queria pôr estes reparos e se

Vossa Excelência ler com todo o carinho o relatório que foi feito naquela dia, naquela reunião da Comissão de Instrução Pública, não tem nada a ver, esta Comissão, a não ser em termos políticos que a nossa missão para a solução do problema da crise da Universidade de Londrina foi bem clara e bem explícita quando iniciamos a nossa reunião. Ela é política, a nossa missão aqui é política e a nossa solução é política, Sr. Deputado. Vossa Excelência que conduziu com brilhantismo, na qualidade de Presidente, deve lembrar-se perfeitamente destes acontecimentos.

Portanto, eu me parablenizo com o Deputado Airton Cordeiro, fico com ele no seu posicionamento, fico com ele nas suas palavras, naquilo que ele pretendeu e naquilo que ele pretende em benefício da crise da Faculdade de Londrina.

Muito obrigado, Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte do eminente Deputado e diria até mesmo que a ausência de Vossa Excelência, naquela reunião, certamente não nós seria permitido concluir com o brilhantismo que concluiu a Comissão de Instrução Pública em seu memorável trabalho daquela tarde.

Muito obrigado, eminente Deputado.

Estou na tribuna mais para atender à exigência do pronunciamento do Deputado Airton Cordeiro na tarde de hoje, que não nos permitiu a honra de lhe apartear. Em assim sendo, só nos restou o Expediente, para que viéssemos à tribuna. Cedo o aparte ao eminente Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) ... (Faz soar os tímpanos). — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. DEL CIEL — Use ao menos trinta segundos...

O Sr. José Tavares — Serei breve, apenas para ler para a Casa, para o Paraná e para o Brasil, o item quarto do Relatório firmado pela Comissão de Instrução Pública em Londrina, que diz o seguinte:

"Manifestar sua convicção de que nenhuma punição venha a ser aplicada, quer aos docentes, residentes ou estudantes, em virtude do movimento reivindicatório."

Acontece, que a nota divulgada pelo corpo docente do Hospital universitário de Londrina, no "O Estado do Paraná" de hoje, diz o seguinte: "Constava desse relatório, a convicção de que nenhuma punição seria aplicada aos docentes, residentes ou estudantes, mas estas se fizeram sentir, a remuneração dos médicos residentes, referentes aos dias de greve, embora termos trabalhado arduamente, no Pronco Socorro e nas enfermarias do Hospital, durante este período. Os alunos foram punidos; as faltas foram computadas como faltas, levando vários alunos à reprovação.

Os docentes admitidos deveriam ser julgados de maneira justa, segundo normas do Regimento Geral da Universidade; mas até agora nenhuma comissão foi formada, provando mais uma vez, que regulamentos são obedecidos, de acordo com interesses de alguns.

O SR. DEL CIEL — Muito obrigado, eminente Deputado José Tavares da Silva Neto. Mas, gostaríamos, Sr. Presidente, encerrando, que tivéssemos tido a oportunidade de gravar a reunião realizada em Londrina, que objetivo este não alcançado, por insistência do eminente Deputado Airton Cordeiro, porque não ficaríamos todos nós, cada um, na condição de o dono da verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para Explicações Pessoais, concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Com a sabedoria que marcou um dos grandes homens públicos do Brasil, de todos os tempos, Rui Barbosa disse:

"A mentira é a razão de quem não tem razão".

Esperava ouvir do pronunciamento do Deputado Del Ciel, fatos que trouxessem a esta Casa, esclarecimentos. Fatos que trouxessem a esta Casa, elementos, indícios, sintomas, de que, até, a nossa participação pessoal, pudesse estar sendo interpretada como irregular neste episódio.

No entanto, o que ouvimos? Um desfile de acusações baratas, de inverdades, auto-colocando-se o Deputado Del Ciel, exatamente, no espírito do que disse Rui: "a mentira é a razão de quem não tem razão".

Acusa-me e o fez em caráter pessoal, o Deputado Del Ciel, de utilizar a imprensa do nosso Estado, para manipular a opinião pública do Paraná, como se tivesse este parlamentar algum poder extraordinário, de controlar esta imprensa, que entendo livre.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque maior prova de fraqueza do que esta do Deputado Del Ciel, que tem as mesmas oportunidades, da tribuna da Casa e no contato com os jornalistas, para falar o que pensa? Não tenho entretanto nenhuma culpa se Sua Excelência é pouco assíduo ao plenário desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se trabalhar dentro da Assembléia Legislativa significa vedetismo, que nos dê Deus a força de cumprirmos o nosso mandato até o último instante, com este ânimo que tentou imputar a este Deputado o Parlamentar que me antecedeu da tribuna desta Casa.

Estes argumentos, só, os dois, já caracterizam com muita profundidade, Sr. Presidente, Senhores Deputados, a ausência total de essência, de conteúdo, no que pretendeu dizer o Deputado Del Ciel da tribuna, há poucos instantes.

Gostaria de ter ouvido de Sua Excelência argumentos que nos convencessem, não a mim pessoalmente, mas a toda Casa e não ouvimos; ouvimos ataques, ouvimos a descortesia do Deputado ao se referir ao Deputado Rubem Valduga. Contrariado, Sr. Presidente, — porque entendo que o debate parlamentar deve ser agressivo, mas respeitoso, eu diria que se o Deputado Del Ciel entendeu que Rubem Valduga estava fantasiado naquela reunião, é porque Sua Excelência buscou inspiração na Presidência da Comissão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é bom que se diga, quando o Deputado Del Ciel menciona que fizemos oposição à sua tentativa de transformar a reunião de Londrina num ato público, é bom que se diga que fizemos oposição, sim, porque não queríamos transformar uma reunião séria numa reunião que servisse para o extravasamento de recalques, de posições diferentes ao objetivo da reunião.

Tivéssemos algum receio e não teríamos ido a Londrina, porque sequer o Regimento Interno desta Casa permite a instalação de suas Comissões Técnicas fora deste edifício.

Estivemos lá, e estivemos para servir, no recinto onde os Deputados, estavam em pé de igualdade, discutindo, trocando idéias, conversando com representantes dos médicos residentes, representantes dos docentes...

O Sr. José Tavares — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... representantes dos estudantes e, inclusive, Vereadores do Município de Londrina que honraram, com sua presença, aquele nosso encontro.

Em nenhum momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tentou-se, a qualquer título, cercear a liberdade de dizer, daqueles que estavam na reunião...

O Sr. José Tavares — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... manifestando os seus pontos de vista.

Concederei aparte a Vossa Excelência tão logo conclua meu pensamento.

O Sr. José Tavares — Obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — O aparte que me pede o Sr. Deputado José Tavares faz-me recordar da conduta de Sua

Excelência, que acompanhou toda a reunião com interesse. E, a bem da verdade, dela participando quando necessário, mas não tendo participação constante. E não sei quais as razões. O Sr. José Tavares — É porque não defendia a Reitoria intransigentemente, nobre Deputado.

(Soam os tímpanos)

O SR. AIRTON CORDEIRO — E nem Vossa Excelência pediu a palavra para defender os grevistas.

O Sr. José Tavares — Os grevistas defendo desde o dia 02 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um apelo ao ilustre Deputado José Tavares, para efeito de não se ferir o Regimento Interno, que solicite aparte e só podera usá-lo com deferência do Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de chegarmos ao recinto da Câmara Municipal, para realização da reunião, durante o almoço, em Londrina, conversávamos com o Deputado Del Ciel e procurávamos saber de Sua Excelência o andamento das gestões, nas últimas horas, das partes em conflito. Sim, porque nos faltava uma resposta. Porque, a partir do momento em que a reunião de Comissão de Instrução Pública deliberou pela apresentação de um apelo à Universidade Estadual de Londrina, no dia 03 de maio, recebemos, em seguida, telegrama da Reitoria informando que aquele apelo, em sua totalidade, na sua integralidade, estava aceito pela Universidade. Faltava uma resposta. Faltava a resposta dos docentes, dos residentes, dos estudantes.

O apelo foi dirigido a todas as partes em conflito. E fomos buscar, em Londrina, essa resposta.

Fomos buscar democraticamente, sem sequer questionar a possibilidade da falta de melhor entendimento do primeiro apelo feito também aos estudantes, residentes e docentes. Sem pretender, em nenhum instante, duvidar da capacidade de captar a idéia colocada naquele documento.

E em menos de 24 horas, Srs. Deputados, nos mobilizamos para que todos os Parlamentares da Comissão de Instrução Pública fossem a Londrina, mesmo que o local regimental para instalação das Comissões Técnicas seja o edifício deste Poder.

Receio? Medo? Vedetismo? Ou vontade de servir? Ou vontade de mostrar àqueles que pretendem ser os arautos da democracia que não se faz democracia sem entendimento; àqueles que pretendem ser os arautos do diálogo, mas que só permitem o diálogo quando tem a iniciativa dele.

Fomos a Londrina e em Londrina propugnamos, sempre, pela melhor solução, não, a solução eleitoral, não, a solução político-partidária, não, a solução que os Parlamentares poderiam pretender até, para assumirem a paternidade de uma solução encontrada, para a crise em Londrina. Nós queríamos a solução alta!

Tem razão o Deputado Del Ciel, não sei quem o disse, mas disse bem, alguém que escreveu e isto deve ter despertado a vaidade do Deputado, quando se refere que "é preciso ousar!" Na política é preciso ousar sim, mas, principalmente, com honestidade!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa adverte o nobre Deputado, que o tempo de Vossa Excelência está esgotado, mas, de acordo com o Regimento, Vossa Excelência disporá de mais quinze minutos para o uso da tribuna.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Requeiro a Vossa Excelência, Sr. Presidente, a prorrogação de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

O Sr. José Tavares — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei o aparte, nobre Deputado, apenas peço que me permita concluir, então, concederei o aparte a Vossa Excelência, com prazer.

É preciso ousar, sim, mas ousar com honestidade de propósitos!

Perdoe-me o Deputado Del Ciel, se o papel desempenha-

do pela Comissão de Instrução Pública desta Casa, atingiu o objetivo de Sua Excelência, de alcançar maior repercussão, para uma cantada em prosa e verso "COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO", para tratar dos problemas da Universidade Estadual de Londrina; que me perdoe o nobre Parlamentar da Oposição, se, uma reunião com o Secretário da Educação, e imaginada por um seu companheiro para durar vinte minutos, durou mais de seis horas; que me perdoe o Deputado Del Ciel, se foi, pela primeira vez, convocada a Comissão de Instrução Pública em reunião provocada aqui desta tribuna; por minha iniciativa.

Este é o vetetismo que Vossa Excelência entende! É a disposição de trabalhar; este é o vetetismo que todos os paranaenses deveriam exigir de qualquer homem público com responsabilidade, de qualquer Deputado que não faça, da Assembléia, uma casa de visitas esporádicas, mas, dos Deputados que procuram realmente, aqui, exercer o seu mandato em toda a sua plenitude.

Perdoe-me, Deputado Del Ciel, se isto é vetetismo; perdoe-me Vossa Excelência, se foi a primeira participação da Comissão de Instrução Pública na atual Legislatura; perdoe-me Vossa Excelência, se foi este o primeiro assunto a dar notoriedade à Comissão Técnica presidida por Vossa Excelência, Presidência que Vossa Excelência também deve, a este Deputado, que atribuiu-lhe o seu voto por ocasião da instalação.

Tenha tranqüilidade, deputado Del Ciel.

Tenha tranqüilidade, porque em nenhum momento fugirei do debate. Quando sentir que não estou capacitado para debater, por razão de qualquer natureza, terei a grandeza da renúncia, por falta de condições para o exercício do mandato popular, não serei omissos.

Não tenho e não quero procuração do Reitor da Universidade Estadual de Londrina, para fazer a sua defesa, mas prestei um juramento, Sr. Presidente, quando assumi minha cadeira neste Poder Legislativo, porisso é oportuno restabelecer a verdade. Se esperávamos a resposta ao primeiro apelo da Comissão de Instrução Pública dos grevistas, continuamos a esperar, Senhor Presidente, mesmo quando estávamos em Londrina. Antes da reunião, sabedores de outra necessidade, não por pretensão dos grevistas, mas para a formalização de um ato jurídico preconizado pela própria Comissão de Instrução Pública, solicitamos ao Reitor da Universidade, uma portaria suspendendo expressamente os efeitos das portarias relativas à demissão dos docentes da Universidade Estadual de Londrina. Foi sim uma reunião na residência do Deputado Valduga. Foi sim, pelas mesmas razões pelas quais quando o Deputado Del Ciel propôs a este Parlamentar, fosse à reunião da Comissão de Instrução Pública no prédio da Reitoria, com imparcialidade, nós nos negamos a participar da reunião na Reitoria. E foi sugestão nossa, fazer a reunião num território neutro, a Câmara Municipal de Londrina.

Bom sendo tem o rótulo de vetetismo. Por esta razão é que também nós não fomos à Reitoria e nos dirigimos à residência do Deputado Valduga, pela mesma isenção que queríamos dar à reunião da Comissão de Instrução Pública que, por sugestão deste Parlamentar, foi feita na Câmara Municipal de Londrina.

Senhor Presidente, recebemos uma carta que veio de Londrina, nos seguintes termos:

"Senhor Deputado, vimos sensibilizados agradecer os ingentes esforços dispendidos por Vossa Excelência para a solução da grave crise que abalou a integridade de nossa Universidade. A sensação do dever cumprido é a melhor forma de gratificação e Vossa Excelência o fez no mais alto sentido da expressão. Vivemos um tempo de pacificação nacional e vosso gesto foi-nos um grande alento.

Creja Excelência, uma causa justa, encontrará aqui sempre a maior receptividade."

A assinatura ilegível e quem assina o faz pela Associação dos docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná.

Perdoem-me aqueles que entendem o trabalho sério e responsável, como vetetismo. Do desdobramento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tomou este Deputado, conhecimento de uma informação transmitida à Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, pelo Deputado Del Ciel que tem o poder de Presidente, mas que não tem o poder de interpretar pelos membros da Comissão que preside.

Solicitei ao Reitor, telefonicamente, que me comunicasse o teor da consulta e o telex transmitiu os seguintes termos: (Lê):

"Conforme solicitação telefônica Vossa Excelência, ilustre relator Instrução Pública, transcrevo abaixo cópia texto ofício encaminhado esta Universidade, dia 19 do 5, de 79, pelo Deputado José Antônio Del Ciel, DD. Presidente Comissão Instrução Pública.

Atenciosamente, Professor José Carlos Pinotti, Reitor Universidade Estadual de Londrina.

Ilustríssimo Sr. Professor José Carlos Pinotti

Reitor Universidade Estadual de Londrina.

Atendendo solicitação do Magnífico Reitor da FUEL, feita telefonicamente nesta data, na condição de Presidente da Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa do Paraná, informo que o item IV, do relatório anexo, estabelece a convicção de que nenhuma punição será aplicada aos docentes, médicos, residentes e estudantes. O não pagamento aos docentes e médicos residentes, caracteriza punição, contrariando, portanto, o espírito que norteou a Comissão no item ora, digo, na redação do item ora focalizado.

Certo de ter prestado a informação solicitada, permaneço à inteira disposição da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Atenciosamente, Deputado José Antônio Del Ciel - Presidente da Comissão de Instrução Pública."

Além de não ter o direito de interpretar, em meu nome, e falo por mim, o Deputado Del Ciel demonstra falta, muito grave, para um legislador, pois nem sequer sabe caracterizar o que seja punição. Falta, Sr. Presidente, desconto por falta ao serviço, significa, segundo a lei e a doutrina, a falta de retribuição pela não prestação de um serviço e, isto não é punição; pelo menos, no entendimento de juristas deste País.

Esta posição do Deputado Del Ciel, exorbitando de suas funções de Presidente da Comissão de Instrução Pública, pretendendo falar, sem o direito de falar pelos demais membros da Comissão, provocou, de minha parte, um telex ao Reitor da Universidade para, pessoalmente, colocar a minha posição. Quero aqui manifestar, para fazer justiça, que recebi autorização de dois companheiros meus da bancada, Deputado Werner Wanderer e Jurandir Messias, para que os seus nomes fossem incluídos nesses textos e eu não o fiz para ser ético com um quarto companheiro de bancada, que participa da mesma Comissão, o Deputado Dácio Leonel.

Ética é princípio parlamentar, Sr. Presidente. Respon-di, então, ao Sr. Reitor:

"Ao tomar conhecimento do texto do ofício encaminhado a Vossa Senhoria, pelo Sr. Deputado José Antônio Del Ciel, levo ao seu conhecimento que, na reunião realizada pela Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 9 passado, em Londrina, não se tratou de questões salariais de caráter geral. Justo, outrossim, não competir aos membros da Comissão de Instrução Pública, posição interpretativa sobre o não pagamento, mencionado no referido ofício, por se tratar de matéria contemplada pela lei e pela doutrina a quem cabe caracterizar o que seja punição. Para evitar equívocos, informo que na mencionada reunião, a única matéria salarial discutida e, com nítida clareza, foi a de interes-

se dos docentes demitidos da Universidade, nos termos do item II, do relatório assinado pelos Srs. Deputados."

Que me perdoe o Deputado De Ciel, mas Sua Excelência está realmente acometido de amnésia.

O Sr. José Tavares — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a sua cordialidade em me conceder esse aparte, e gostaria apenas de fazer remissão a três tópicos que Vossa Excelência abordou. Em primeiro lugar, entendo que Vossa Excelência é realmente um Deputado que possui grandes qualidades como homem público, como orador e como colega de bancada. Mas eu só não consigo entender, Deputado Airton Cordeiro, como é que Vossa Excelência com essas qualificações que confesso ver em Vossa Excelência, com toda a honestidade, pode vir a esta Casa, que é o local legítimo de defender os interesses do povo do Paraná, vir defender o indefensável.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Meu Deputado, se me permite Vossa Excelência, eu não estou fazendo nenhuma defesa, estabeleço a cronologia dos fatos.

O Sr. José Tavares — Mas se Vossa Excelência me permite continuar, Vossa Excelência leu um documento que a Associação dos Docentes do Hospital Universitário de Londrina encaminhava a Vossa Excelência. E eu tenho a certeza que todos os Membros da Comissão de Instrução Pública receberam...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Não estou dizendo o contrário.

O Sr. José Tavares — ... E eu, inclusive, como Suplente também recebi.

Agora os fatos são posteriores a esse documento, a realidade é outra. E é exatamente esta a razão pela qual eu me permito a apartear-lo novamente, porque a realidade, os itens segundo, terceiro e quarto não foram e não estão sendo cumpridos, eminente Deputado Airton Cordeiro.

E na medida em que a Comissão de Instrução Pública desta Casa, representando este Poder, se desloca até Londrina com toda a boa vontade, inclusive da Presidência desta Casa e aqui nesta oportunidade eu quero homenagear, pela presteza, pela solicitude com que se portou, mas nós não podemos admitir que esta Comissão indo a Londrina, se colocando diante de docentes, de residentes e de internos formule um documento e este documento seja desrespeitado.

Esta é a razão pela qual eu não posso admitir, de forma alguma, que Vossa Excelência, brilhante como é, possa concordar com o que vem acontecendo. Nós por termos de lá, nós sabemos que o Deputado, que Vossa Excelência é Deputado do Paraná, eu modestamente também sou Deputado do Paraná como todos nós somos. E não é o fato de Vossa Excelência ser de Curitiba que não possa discutir ou discorrer problemas de Londrina. Absolutamente.

Mas o que eu quero que Vossa Excelência entenda é que nós estamos vivendo na realidade, no dia a dia, conversando, dialogando com alunos que já perderam o ano. Reside aí a gravidade do fato. É essa a minha colocação que eu queria fazer a Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço e gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de dizer que se existe descumprimento ao sugerido pela Comissão de Instrução Pública, a partir do instante em que a Assembléia, pelos seus Deputados, foi admitida no conflito de interesses entre universidade e docentes, residentes e estudantes, aqueles que têm os seus direitos ofendidos, não respeitados, poderiam perfeitamente sem que isto significasse qualquer concessão de nossa parte, recorrer à Comissão de Instrução Pública. O que não foi feito, Sr. Presidente, porque não tenho conhecimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerro por hoje, mas reafirmo a minha disposição de participar com a insenção com que procurei colocar em todas as minhas atitudes, a partir de minha participação neste episódio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador) O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para Explicações Pessoais, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Com relação a situação do Deputado Airton Cordeiro, com relação ao não apoio do Deputado José Tavares aos grevistas de Londrina, eu tenho a informar que além de termos participado das passeatas, das concentrações na concha acústica, ainda colaboramos na compra de passagens para que médicos e residentes pudessem ir à Brasília e vir a Curitiba.

Outro colocação do nobre e brilhante Deputado Airton Cordeiro, com relação a realização de uma reunião, um ato público, com a presença dos docentes que seria um risco, na opinião do nobre Deputado.

É bom lembrar que o Gal. Adalberto Massa, do Ministério do Trabalho, Delegado do Ministério do Trabalho, teve uma reunião com a presença de docentes e estudantes, pedia uma votação secreta, perdeu por noventa votos a um, e saiu aplaudido.

Então, não seria risco realizar uma reunião, um ato público com os docentes e com os estudantes.

Ninguém na verdade, quer ter o monopólio desta verdade, mas, a participação dos Deputados Airton Cordeiro e Rubem Valduga neste episódio, suscita dúvidas não desse Deputado, mas da opinião pública de Londrina, porque houve realmente neste episódio, interferência de terceiros, e muita gente foi conduzida e induzida a participar, desse impasse criado com a Reitoria e o Hospital Universitário.

É difícil, nobre Deputado Airton Cordeiro, desvincular a participação do nobre Deputado e também do nobre Deputado Rubem Valduga, de condutas de servilismo, apesar de homens cultos, inteligentes e preparados que eu respeito profundamente. Há interesses outros formando em Londrina um triângulo, ex-Reitor, Reitor atual e alguns Deputados.

É assim que pensa a opinião pública de Londrina, e vai além desta análise: que o Reitor de fato, da Universidade Estadual de Londrina até hoje, é o Sr. Oscar Alves, provavelmente candidato a Prefeito pela ARENA nas próximas eleições em Londrina.

José Carlos Pinotti que foi escolhido a dedo, homem formado na Universidade da subserviência e do servilismo, tem sido efetivamente um brinquete nas mãos do Governo.

O ex-Reitor, na verdade, continua dando corda nos bonequinhos de aço, até ali, nova corda, volta para cá, como se os homens fossem simples brinquedos para atender interesses políticos, palpáveis e cristalinos.

O que acontece em Londrina e a população já está observando é que a cidade tem sido humilhada nesses últimos tempos.

Há uma intenção clara e definida do Governo do Estado do Paraná, em minar instituições estaduais na cidade de Londrina, utilizando como já disse aqui os cabeças de ponte, primeiro foi o HU, amanhã poderá ser o IAPAR, a SANEPAR, a COPEL, tirando-se os técnicos e colocando-se os políticos atuantes para fazer a política do Governador.

A verdade é que Londrina já está tomando posições com relação a essas interferências. Estão brincando com uma cidade que hoje é a terceira da região Sul do Brasil, e não é de hoje. Nós aceitamos a presença do nobre Deputado Airton Cordeiro, do Deputado Rubem Valduga, que não é da Comissão de Instrução Pública, e eu não pertencço à Comissão, moro em Londrina, vi a Universidade nascer, mas não fui, não era membro da Comissão; a gente não condena e não faz restrições aos Deputados, mas às ligações dos Srs. Deputados, ou com o ex-Reitor ou debaixo da bandeira do Governo do Estado.

É isto que a cidade de Londrina comenta, apesar de todo o empenho de Vossas Excelências para solucionar o problema

em Londrina.

O Sr. Del Ciel - V. Ex.^a me concede um aparte? **(Assentimento)**

Muito obrigado, eminente Deputado Fiori Luiz. Inicialmente, não acometido por amnésia, devo confessar que na Legislatura passada, por razões alheias à nossa vontade, no final do cumprimento de nosso mandato, não fomos um dos Parlamentares bastante assíduos a este Poder, mas desenvolvemos o nosso trabalho com muita seriedade, sempre que aqui estivemos, e cumprindo a nossa missão no interior.

Já fomos julgados pelo povo, no que se relaciona à gestão passada. Acredito que na atual Legislatura, não devamos estar ausentes, mais do que o eminente Deputado Airton Cordeiro, que não sabemos, possa estar desenvolvendo atividades políticas paralelas aqui, na Capital, em cumprimento da sua condição de político; porque nós quando nos ausentamos deste Poder, na atual Legislatura, já desvencilhados dos problemas que nos prejudicaram na Legislatura anterior, sempre aqui estivemos presentes. E quando aqui não estávamos, estávamos justamente cuidando da crise da Fundação Universidade Estadual de Londrina, provocando condições até mesmo a que motivou a reunião da Comissão de Instrução Pública em nossa cidade.

A sugestão do Deputado Airton Cordeiro foi com relação ao local, e até mesmo aí registra-se que o Deputado teria sugerido realização da reunião em Londrina. Mas não houve, não há e não haverá, em nenhum instante, a intenção de descobrir a paternidade, o "pai da criança". O problema é que nós entendemos que não extravazamos quando atendemos uma solicitação da Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, se assim não fosse, o Magnífico Reitor não nos teria feito aquela solicitação em termos de apelo, eminente Deputado Fiori Luiz que ocupa a tribuna. Recebemos um apelo, telefonicamente, do Reitor da Universidade, para que ele tivesse condições de assegurar aos membros docentes com ele reunidos, de que efetuariam os pagamentos; e o não pagamento caracteriza a punição pecuniária, prevista na legislação brasileira, — e o eminente Deputado bem sabe disto, o assunto foi debatido, sim Senhor, Eminente Deputado Fiori Luiz, — e me perdoe o eminente Deputado Airton Cordeiro, foi muito debatido na reunião da Comissão de Instrução Pública em Londrina, e nós insistíamos na necessidade, não da transformação daquela reunião memorável da Comissão de Instrução Pública deste Poder, em uma sessão pública para promoção de Deputados da ARENA, ou do MDB, mas porque a Câmara Municipal de Londrina só teria condições de registrar através de seu serviço de gravação, se a reunião fosse efetivada em plenário da Câmara Municipal de Londrina.

Confiamos na mente privilegiada do Deputado Airton Cordeiro, e confesso me arrependo, eminente Deputado Fiori Luiz.

Porque via que se sentia mal o Deputado Airton Cordeiro, quando se registrava o prenúncio de uma perspectiva de uma reunião pública, com a participação de docentes, que respeitariam todo e qualquer posicionamento, como respeitaram através das suas lideranças, a todos os Deputados da Comissão de Instrução Pública desta Casa.

Como disse o eminente Deputado que está na tribuna e o Deputado Tavares; o General Massa foi lá, desempenhando a mesma missão, com os mesmos objetivos, com a mesma linguagem, parecia a cópia idêntica, posso assegurar, do eminente Deputado Airton Cordeiro.

Duas mentes privilegiadas: do General Massa e do Deputado Airton Cordeiro; o General Massa não se sentiu mal; e é General; e é representante da ditadura vigente na Pátria brasileira. E fez a sessão pública; fez a sua pregação, o seu apelo, o seu trabalho; foi derrotado em votação, mas saiu de lá chorando, emocionado pelo posicionamento de todos os presentes naquele memorável encontro; porque saiu aplaudido de pé, por todos; que mesmo tendo contra os interesses da universidade,

dos docentes, dos médicos residentes e estudantes, o posicionamento do General Massa, todos eles respeitavam e respeitaram o direito dele falar, dizer e de lutar, defendendo o seu ponto de vista. E este seria o tratamento dado à Comissão de Instrução Pública, naquela oportunidade, eu tenho certeza, tenho convicção.

E daí então já não haveria razões para que estes debates viessem a se efetivar neste privilegiado plenário, nesta colenda Casa; porque as gravações assegurariam a verdade, estivesse ela com quem estivesse. E lá estão todos os que participaram da reunião, que poderão vir a esta Casa avivar a privilegiada memória do eminente Deputado — e me perdoe, Deputado Airton Cordeiro, por com tanta insistência citar o vosso honrado nome. Aqui virão para avivar a sua memória.

Então entendemos, Srs. Deputados, que como Presidente da Comissão de Instrução Pública, salvo melhor juízo desde que, em reunião desta Comissão Técnica, seus membros não desautorizem o seu Presidente; é o Presidente que fala em nome oficial; e que deve ser respeitado na postura de Presidente, por todos os seus membros, porque em meu nome tem falado, nesta Casa o Deputado Fabiano Braga Côrtes e, onde quer que vá, falará em meu nome, da bancada da Oposição, e de todo este Poder; o Presidente está autorizado a falar em nome da Comissão.

Mas, inteligente como é, se ler com atenção e interpretar o documento que fornecemos à Reitoria, atendendo e oferecendo de bandeja, atendendo ao seu apelo e oferecendo na bandeja, a solução que ele me pediu e que ele desejava, o Deputado vai ver que o Presidente da Comissão de Instrução Pública, mesmo confiando em todos os seus membros, teve sempre o cuidado de definir ali, o ponto de vista pessoal, do Presidente da Comissão de Instrução Pública. E como Presidente, eminente Deputado, tenho poderes sim, para encaminhar como encaminhei o solicitado, pelo Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

Não sei com que poderes, Vossa Excelência o fez. É verdade que democraticamente nós aceitamos, acatamos, que todo e qualquer membro da Comissão, manifeste a sua opinião pessoal; e esperamos que este tenha sido o procedimento de Vossa Excelência, como até quero acreditar o foi.

Mas, impediu, certamente, esta manifestação de Vossa Excelência, não sei se o Reitor estava brincando com este Deputado, se assim não foi, impediu Vossa Excelência que o Reitor pudesse solucionar, de vez o problema analisado naquela reunião da Reitoria com os docentes lá presentes; docentes que ouviram a solicitação telefônica do Magnífico Reitor feita a este Deputado.

Isto posto, agradeço ao eminente Deputado Fiori Luiz, apresentando as minhas escusas por ter me alongado no aparte mas não me atrevi, eminente Deputado, a apartear o brilhante orador Airton Cordeiro, porque, se calado permaneceu ele, quando na tribuna estávamos, certamente poderia desonrá-lo com a solicitação de um aparte.

Assim sendo, aguardei esta oportunidade, para procurar esclarecer a este Poder, e estamos prontos, eminente Deputado, para provar na Comissão de Instrução Pública, que os docentes, os médicos residentes, todos eles, nunca deixaram de cumprir com a sua obrigação ética de desenvolver a suas atividades médicas no Hospital Universitário de Londrina, no Pronto Socorro, em todos os prontos socorros, desenvolvendo trabalhos muito superiores, mesmo quando em greves, do que o cordão dos "puxa-sacos" da Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, muito poucos que permaneceram em atividade. E esses relatórios todos apresentaremos na Comissão de Instrução Pública na tarde de hoje.

Muito obrigado, eminente Deputado, e me perdoe por ter-me alongado tanto neste aparte.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra

ao nobre Deputado, que o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado. Entretanto, Vossa Excelência, caso deseje, tem mais quinze minutos para usar da tribuna. A Mesa deferiu.

O SR. FIORI LUIZ — Com todo prazer, concedo aparte ao nobre Deputado Ruben Valduga.

O Sr. Valduga — Apenas queria apartear-lo, eminente Deputado e nobre amigo, para dizer que é extensivo também às alusões que fizeram de meu cunhado aqui com o antigo Reitor, Dr. Oscar Alves, cujo parentesco muito me honra e é motivo de grande satisfação o nosso convívio familiar, por ser sóbrio, elevado, e nos dá o conforto que dá uma família bem constituída.

Em nenhum momento, e sabe disso o nobre colega, sabe, e sabe como ninguém, como também sabem os demais Deputados aqui, que eu pautei sempre a minha vida pela independência. Nunca pertenci aos quadros da Reitoria, nem antes, nem depois, não por demérito da profissão, mas foi uma questão de opção.

Acho nobilitante a condição de professor ou funcionário, enfim; sempre marquei uma posição de insensação. E, então, por amor à verdade e à coerência, gostaria de que tivessem os nobres companheiros a delicadeza de não (inaudível) ao contrário, só tenho a impressão de que, conhecendo as pessoas, como me conhecem, poderiam ver os nobres amigos a quem tanto prezo, uma prova de fraqueza que não faz jus à grandeza do conhecimento e da capacidade que tenho e o alto conceito de conta que tenho dos nobres companheiros.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Airton Cordeiro — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, e tão logo iniciou seu pronunciamento, Vossa Excelência acusou de servilismo este Deputado, por razões políticas, e o Deputado Ruben Valduga, por razões de ordem pessoal.

Claro que, devo refutar inteiramente a afirmação de Vossa Excelência, mas não com palavras abstratas; refuto a afirmação de Vossa Excelência com a ousadia de quem, como Vice-Líder da ARENA e do Governo nesta Casa, pediu, publicamente, a revisão das punições, a reconsideração das demissões dos cinco médicos docentes da Universidade Estadual de Londrina.

Se isto for servilismo, nobre Deputado, que me perdoe Vossa Excelência o mau entendimento da expressão. Mas, esta que seria a primeira grande oportunidade para o reencontro da Universidade com a normalidade, sequer foi pedida pela Oposição desta Casa. E nós fizemos a solicitação.

Devo dizer mais a Vossa Excelência que, na continuidade de seu pronunciamento, menciona uma provável candidatura do Sr. Oscar Alves à Prefeitura de Londrina. Nobre Deputado, não seria esta uma razão política para a Oposição, representada pelos Deputados de Londrina nesta Casa, está tão empenhada nesse assunto? E respondo, se for, inclusive, concordo, porque é uma batalha política. Não excluo o direito dos Srs. envolverem o posicionamento político em relação ao Sr. Oscar Alves. Mas, a recíproca não é verdadeira? Ou a verdade só tem uma versão. E essa versão verdadeira só a versão do eminente Deputado?

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. FIORI LUIZ — Nobre Deputado Airton Cordeiro, o

MDB nunca temeu eleições em Londrina, tanto que de Paranaguá, Richa, Belinati, são doze anos de oposição, um dos mais fortes redutos de Oposição em todo o Brasil, apesar de ser uma cidade do interior, com uma representação muito maior que muitas capitais brasileiras, quer no Senado, Câmara Federal ou Assembléia.

Fiz a colocação para dar, realmente, a conotação polí-

tica que já abordamos por ocasião da reunião com o Sr. Secretário de Educação do Estado, porque os cinco médicos demitidos, evidentemente, são maiores, têm título de eleitor, e fora de suas funções clínicas, como homens, como cidadãos integrantes de uma comunidade, têm suas ideologias políticas definidas e podem, até, agir politicamente fora de suas funções.

A verdade é que o Reitor, de há muito, queria ter tomado essa atitude. Mas preferiu usar o trampolim do atual Reitor para atingir seus propósitos inconfessáveis.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Fiori Luiz, em função do que tem publicado, do que tem colocado a Universidade Estadual de Londrina, e até mesmo do tratamento nos debates, nesta tarde, nesta Assembléia Legislativa, que o problema maior seria o recebimento dos salários a que têm direito os médicos docentes e residentes da Universidade Estadual de Londrina. Não. O não pagamento caracteriza tão somente mais um dos desrespeitos da Reitoria a um termo de acordo que ela anuncia que aceitou. Porque, esse é o desrespeito que menor reação provocaria até dos docentes, médicos residentes, estudantes, porque estou certo que, apesar de muitos deles viverem só das atividades junto à Universidade Estadual de Londrina, se esse poder fizer a eles um apelo, eles farão a doação de seus salários. Salários que têm mais direito do que aqueles que permaneceram em atividade. Porque, permaneciam, certamente, fazendo sabemos lá o quê, porque os docentes em greve produziam mais do que os docentes que não estavam em greve, que não estavam participando do movimento reivindicatório, mas os docentes, estou certo, que, mesmo que sofram um pouquinho na mesa, aqueles que têm dedicação integral na Universidade de Londrina, eles abrirão mão dos seus salários, mas ocorre que, o Reitor da Universidade Estadual de Londrina, em reunião, resolveu fazer aquele apelo ao Presidente da Comissão de Instrução Pública e me assegurou:

— Deputado, com esta carta o Sr. assina, Deputado, e eu pago, na segunda-feira.

Então, em função disto, demos o atendimento à solicitação da Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, mas os problemas maiores, lá permanecem com o Chefe do Setor, que agrediu o Doutor José Carlos Guitti, médico competente, dos mais respeitados em todo o Brasil e, a homem não se bate na cara, não! Tem desrespeitado a todos os docentes que retornaram às suas atividades, procurando partir para o esforço físico, com docentes que estiveram em greve. E, todo mundo que tem, no meio das pernas, sabe, que uma hora, enche! Então esse bendito Reitor, que tome providências para retirar da função que ocupa, de Direção do Hospital Universitário, o cidadão que lá está, a procurar motivação para nova reação dos docentes. E a Universidade faz uns apelos, Sr. Presidente, que, contratasse, esta Casa de Leis, sociólogos, psicólogos para analisarem esta matéria, ela induz, com as matérias que vem publicando diariamente, os docentes, a entrarem em greve novamente, porque o que pretendem na verdade, é acabar com o Curso de Medicina na Universidade Estadual de Londrina. Mas isto, não conseguirão, não, porque os docentes e médicos residentes têm a cabeça no lugar e não darão razões para que a Reitoria e os poderosos do Estado que possam estar pretendendo este desfecho, possam prejudicar Londrina, o Norte do Paraná e a todo o Brasil, cujos filhos, na nossa Universidade Estadual, buscam a cultura e o saber! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Nada mais

havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei n.ºs 31 e 44/79.

2.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 16/79.

1.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 63/79.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

9.^a LEGISLATURA -- 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e nove reuniu-se na Sala das Comissões a Comissão de Finanças sob a Presidência do Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Contando com a presença dos Senhores Deputados Membros e Suplentes da Comissão e outros Senhores Deputados, cujas presenças foram relacionadas em separado para posterior envio ao Senhor Primeiro Secretário deste Poder. Contando com número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada houvesse da Hora do Expediente, passou-se à

Ordem do Dia, quando foram postos em votação os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 40/78, de autoria dos Deputados Gabriel Sampaio e Fidelcino Tolentino. Relator Deputado Mário Celso. Parecer contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 104/78, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo. Relator Deputado Mário Celso. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 150/78, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 05/79, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 62/77, de autoria dos Deputados Enéas Faria e Accioly Neto. Relator Deputado Gabriel Manoel. Parecer contrário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Nelson Sílvio Salles, lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1979.

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA -- Presidente

Nelson Sílvio Salles -- Secretário